



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi para discutir a matéria por até 7 minutos e meio.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, parabéns, em primeiro lugar, ao trabalho de V.Exa., do Relator e de toda a Mesa Diretora desta Comissão. V.Exas. fizeram um trabalho de fôlego, de inteligência, de diálogo. Ouviram todos. Ouviram! Ouviram! Estão prestando um serviço extraordinário à economia brasileira, aos trabalhadores, aos empregadores e também aos desempregados. Os seus nomes ficam na história desta Casa como dois dos melhores Parlamentares desta Casa nesta reforma tão fundamental.

Em segundo lugar, eu ouvi um Deputado que me antecedeu, não agora, um pouco antes, dizer que o relatório do Deputado Rogério Marinho retira a hora extra. Ele não olhou o art. 7º da Constituição. Ele não olhou e disse uma pós-verdade que quer que vire verdade. Na realidade, é uma mentira. Está muito claro aqui no art. 16 e também nos 14 e 13. Está muito claro que não se retira a hora extra.

Portanto, essa proposta de reforma do Presidente Michel Temer, que tem conhecimento, que tem estudo, que tem temperança, que tem determinação, que tem conhecimento da economia brasileira, que tem conhecimento da tragédia dos desempregados e da tragédia dos contratos, que tem conhecimento dos acordos que existem, que sabe que a Justiça do Trabalho, corporativista como é, em conluio com a OAB, acaba com esses acordos, juntamente com outras reformas como a da Previdência, do projeto do teto para gastos, a lei das estatais, a lei do pré-sal e tantas outras que vieram e que virão.

Dizer que o enfrentamento do desemprego se faz com o crescimento econômico é evidente, mas olhem a herança do segundo Governo do Lula e do Governo da Dilma que entregou para a gestão do Presidente Michel Temer a depressão mais séria dos últimos cem anos, com juros altíssimos, inflação ascendente, milhares e milhares de lojas que fecharam causando desemprego. Houve perda de confiança do empresário. Ou existe emprego sem patrão?

Alguém pode dizer: “Ah, *tenho ideologias*”. Essa que quase levou o País para o precipício? Agora estamos afastando, sim, essa ideologia, esses erros brutais da economia do governo anterior, apoiado pelo PCdoB, pelo PT, pelo PSOL...



(Não identificado) - Pelo PMDB

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - ...e por outros partidos que nos levaram a essa crise econômica sem precedentes.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Exclua o PSOL disso, informe-se, meu amigo! Informe-se!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - E o nível de desemprego? No início do Governo Dilma havia de 5 milhões a 6 milhões de desempregados, quando entregou o governo havia quase 10 milhões. Outra mentira que se repete aqui.

Aqui está a Constituição, caro trabalhador que está nos acompanhando, nenhum direito está sendo atingindo. Parem de mentir, por favor.

Por que a reforma? Eu vou citar aqui o Prof. Hélio Zylberstajn e o José Pastore. As relações de trabalho estão baseadas num estatuto duro, inflexível, que não enxergou a modernidade do trabalho. Repito: não enxergou, não enxergou. Estatuto duro, regiões diferentes, empresas diferentes, informática, trabalho pelo telefone, trabalho pelo computador. O estatuto duro da CLT não enxergava isso e muito menos o peleguismo sindical. A reforma propõe uma saída negociada. Isso existe no mundo inteiro. Há 25 anos Gerhard Schroeder preparou a Alemanha. Essa foi uma das ferramentas para enfrentar o desemprego naquela época na Espanha, Portugal e em alguns países asiáticos. É um instrumento, é o negociado sobre o legislado.

O que acontece hoje? Um grupo de empregados quer descansar meia hora, ao meio-dia, para sair mais cedo para ir à escola à noite, para ir à faculdade, para pegar o filho na creche ou para não pegar dois ônibus e chegar em casa às 20 horas e não às 22 horas. Esse acordo poderá ser assinado entre o grupo de empregados e a empresa. Mas se o empregado sair da empresa por alguma razão, ele poderá entrar na Justiça e, se o juiz for completamente corporativista e associado à OAB, o acordo poderá ser derrubado e o que foi firmado, destruído. E mesmo na questão do itinerante: é melhor a empresa fornecer um carro com ar-condicionado ou um ônibus e buscar o funcionário em outra cidade do que ele pegar dois ônibus, três ônibus e viajar 56 quilômetros. Há esse acordo, mas, como não está na lei, esse acordo cai. O acordo negociado já existe, mas agora vai ter base legal.



E o imposto sindical? O sindicato bom não precisa ter problema com essa arrecadação. É uma arrecadação que nem é controlada pelo Tribunal de Contas. É preciso, sim, deixar isso claro.

Para encerrar, Sr. Presidente, a base aliada vai continuar votando as reformas. Vai chover, sim, na lavoura dos brasileiros a partir desta reforma, das que já foram feitas e das próximas. Vai chover no bolso dele. O desemprego vai cair, no fim do ano já estará caindo, no ano que vem os juros vão continuar caindo, como estão caindo, a inflação já está baixa. Vai chover na lavoura do povo brasileiro. Chovendo na lavoura do bolso dos brasileiros, eles vão votar nos Deputados corajosos, inteligentes e conscientes, que estão na base aliada deste extraordinário Presidente Michel Temer e destes dois líderes: Daniel Vilela, do PMDB, e Rogério Marinho, do PSDB.

Viva a reforma trabalhista! Viva o emprego!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Há requerimento de encerramento de discussão. Regimentalmente...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Deputado Alessandro Molon falará contra. Quem se propõe a falar a favor?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu pedi a palavra como Líder antes do pedido de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Deputado Vitor Lippi falará a favor.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu pedi a palavra como Líder antes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, como Líder.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, se possível, eu gostaria que o meu tempo de inscrição fosse adicionado ao tempo de Liderança.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - O requerimento de encerramento de discussão interrompe a discussão, enquanto ele não é votado.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Mas ainda não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - V.Exa. tem direito a falar como Líder pelo tempo de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, pela ordem! Eu gostaria também de me inscrever e falar como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - O Deputado Sérgio Vidigal falará após a Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, antes que esta Comissão tenha a sua vida assumidamente finalizada, quero dizer que na verdade esta reunião é inepta, porque a urgência foi votada de maneira irregular, antirregimental. Esta discussão é cosmética. Inclusive eu acabei de ler as mudanças que foram realizadas no texto e, lamentavelmente, na alma do projeto, querido Deputado Rogério Marinho, nada é modificado. O elemento nuclear do projeto, eu gostaria de dizer, inclusive prestando muita atenção, Deputado Assis, ao preâmbulo do Relator quando diz que esse projeto tira o País da presa das corporações, que essa é uma visão completamente atrasada e avessa à realidade!

Nobre Relator, sindicatos são estruturas que representam uma das partes do elo do sistema econômico do qual somos contemporâneos. Não existiam sindicatos na época da escravidão, não existiam sindicatos e associações no tempo do feudalismo. No sistema mercantil evoluído para o capitalismo existe o sindicato de patrões e empregados. Objetivamente o pendor de V.Exa., pela unipolaridade, pelo massacre do capital sobre o mundo do trabalho, não pode superar a existência das duas partes: capital e trabalho. Portanto, os trabalhadores não estão na presa dos sindicatos. Ai dos trabalhadores se não tivessem os seus sindicatos e as suas centrais sindicais para defenderem os interesses daqueles que constroem a riqueza e que pouco detêm da riqueza construída!

É exatamente esse modelo que V.Exa. tenta impor ao projeto oriundo do Poder Executivo que neste momento entra em debate aqui. V.Exa. tenta piorá-lo. Aliás, nem é oriundo do Poder Executivo, porque há muito tempo vem sendo trabalhado em colcha de retalhos, mas não tem força de voto para passar.



V.Exa. também diz no preâmbulo que contesta a vinda a Brasília dos sindicatos de trabalhadores, porque não têm passagem. Ora, a passagem das centrais e dos sindicatos é paga pelos trabalhadores, com a contribuição voluntária dos filiados e com o imposto sindical. O último orador raivoso disse que o imposto sindical é uma mamata. Na verdade, é o direito que é garantido a cada trabalhador mesmo não filiado a ser defendido pelo seu sindicato.

V.Exa. diz também no preâmbulo, digno de nota por ser lamentável, que os sindicatos — perdoem-me o chulo termo, mas eu apenas o repito — mamam nas tetas do Estado. Mas eu já disse que, infelizmente, alguns querem implantar o regime unilateral. A reforma não tem, portanto, o novo como objetivo; ao contrário, o compromisso dessa reforma é com o arcaico, pois leva o Brasil à condição trabalhista de antes da década de 30, ao início do século XX, quando as ligas de trabalhadores foram criadas no Brasil para que só na década de 30 conseguíssemos estruturar centrais sindicais e sindicatos articulados; ao contrário, esse compromisso é com o velho.

Essas teses — eu me refiro à fala do Deputado que aqui falou pela Liderança do DEM, velho PFL, velha ARENA — são conhecidas há muito tempo pelos trabalhadores brasileiros. Elas são aplicadas e retroagidas em vários países. Vários países aplicaram essas teses e tiveram que retroagir, como é o caso da Espanha, da Irlanda e até de alguns Estados americanos.

Diga-se de passagem, o problema do retardo da aplicação dessas teses no Brasil é porque o Sr. Fernando Henrique não terminou o seu trabalho sujo, e V. Exas. não tiveram votos, perderam quatro eleições seguidas e não conseguiram espriar o retardo nas relações capital/trabalho.

Infelizmente, essas teses só proliferam em regimes e em períodos autoritários. Como vocês não chegaram pelo voto nas últimas quatro eleições, estão chegando às pressas, a galope, através de golpe. Só no autoritarismo esse tipo de ideia pode proliferar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Vou concluir, Sr. Presidente.



Portanto, é mentira que essa reforma gerará mais empregos. É mentira que essa reforma vai facilitar a negociação entre patrão e empregado. Ela vai montar uma pressão brutal sobre o desprotegido. É mentira que essa reforma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - ...vai gerar, Sr. Presidente, mais possibilidade de desenvolvimento. Ela vai gerar desemprego e retração de direitos.

Por isso, o PCdoB faz sua consignação de votar contra integralmente essa reforma regressiva, que abate os direitos dos trabalhadores e emagrece a sua defesa atingindo os seus (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como Líder, tem a palavra o Deputado Sérgio Vidigal. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente Deputado Daniel Vilela, Sr. Relator Rogério Marinho, quero cumprimentar todos os Deputados aqui presentes, os Deputados que participam desde o início deste debate. Fico muito surpreso em ver que alguns Deputados não participaram das reuniões e hoje estão votando. É uma preocupação que eu tenho porque nós precisamos votar com convicção. É fundamental que o nosso voto seja por convicção.

Eis os três pilares que propõe a reforma: reaquecimento da economia deste País; redução de ações trabalhistas, trazendo segurança jurídica e geração de emprego, conseqüentemente, para a população, para o trabalhador brasileiro.

Eu queria fazer uma reflexão, Srs. Parlamentares. Em 2011, nós chegamos a ser a 6ª economia do mundo. Repito: a 6ª economia do mundo. A legislação trabalhista era essa, bem como a legislação previdenciária. E o País chegou basicamente ao pleno emprego. Nós temos o hábito de terceirizar responsabilidades. Aqui se diz que um dos culpados pela retração da economia e do desemprego foi Getúlio Vargas. Até a Getúlio Vargas está sendo atribuída essa responsabilidade.

Aproveito a oportunidade e parabenizo o Deputado Rogério Marinho pelo seu relatório, que tem muita coisa positiva. Sei do empenho de V.Exa. Mas quero dizer aos pares que nós estamos esquecendo de deixar que o verdadeiro interessado na reforma trabalhista participe deste debate, que é o trabalhador brasileiro.



Nós entendemos muito bem que tanto o empregador como o trabalhador são vítimas desse sistema. O que fez a economia cair do 6ª lugar e chegar, em 2014, ao 9º lugar foram exatamente a retração da economia do País e a desvalorização do real. Isso é o resultado de um governo sem planejamento, sem transparência, sem aplicabilidade de recurso público.

Ninguém disse aqui que um dos culpados pelo que o País está vivendo foi a corrupção instalada no Brasil. Eu não vou dizer se foi partido “A” ou “B”, já que todos os partidos brasileiros de grande porte estão envolvidos na lista da Odebrecht. No País o pequeno empreendedor não foi prestigiado, apenas o grande empreendedor continua sendo prestigiado, o grande investidor, o grande financista.

Trago outra reflexão para os Parlamentares. Não estou aqui como defensor do empregador ou do empregado, todos merecem o nosso respeito. Mas é preciso ter convicção. Nós estamos discutindo aqui o futuro do trabalhador brasileiro, vendendo a expectativa de que isso vai mudar o País. Já vendemos muitas expectativas de que isso vai mudar o País, mas não tenho essa convicção. Tenho certeza de que muitos votarão também por não terem essa convicção. Por não ter convicção, Sr. Presidente, nós precisamos ter um cuidado muito grande.

O Relator disse que o projeto de lei que teve mais emendas foi o PNE, foram apresentadas mais de 1.200 emendas. Debateu-se nesta Casa, durante 4 anos, o PNE. Nós estamos debatendo a reforma trabalhista em menos de 90 dias. E achamos que estamos com a arma para resolver o problema do País. Estamos com a arma na mão, sim. É uma arma, sim.

Isso me faz lembrar que quando o cidadão é abordado na rua por um delinquente, que lhe aponta uma arma e diz “*Ou a carteira ou a vida*”, ele vai entregar a carteira. É o que vai acontecer com o trabalhador brasileiro após a aprovação dessa reforma do jeito que está. Ele está desempregado, mas se aparecer um subemprego precarizado ele vai preferir ficar no subemprego terceirizado e precarizado.

Isso não vai resolver o problema do empregador porque o problema deste País é a alta carga tributária. Estes são o grande problema deste País: falta de investimento e infraestrutura, falta de capacitação e qualificação do trabalhador. Se nós queremos um trabalhador produzindo mais não aumentemos sua carga horária,



aumentemos sua capacitação e sua qualificação. Assim ele vai produzir mais trabalhando menos. Nós precisamos ter essa visão de futuro neste País.

Vamos olhar para frente. Vamos olhar para frente. E olhar para frente, Sr. Presidente, é nós enxergarmos que precisamos nesta Casa votar por convicção.

Eu estou aqui pelo voto popular, como todos estão aqui pelo voto popular. Não sou empresário e também não sou funcionário de CLT. Mas eu tenho convicção, porque eu já fui funcionário de CLT, de que essa corda sempre estoura do lado do menor. E, agora, querem amordaçar o Tribunal de Justiça, como se amordaçando pudessem calar. Nós estamos dando tiro no pé.

Vamos aguardar o dia 28 quando o trabalhador vai se manifestar. Vamos aguardar o dia 1º quando o trabalhador vai se manifestar. E aí, sim, nós teremos convicção de votar na reforma trabalhista.

Hoje, da forma como está, o meu voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que some o meu tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Será acrescentado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado.

Sr. Presidente, eu quero encaminhar contra o encerramento da discussão, primeiro porque esse projeto parte de premissas falsas. A premissa de que são as leis que impedem o pleno emprego ou que geram o desemprego, se ela fosse verdadeira, há 4 anos com essas leis, o Brasil não teria atingido o pleno emprego. Portanto, é mentira dizer que o desemprego é gerado pelas leis que protegem os trabalhadores.

Segundo ponto: é preciso permitir que os trabalhadores negociem condições melhores do que as leis lhes garantem. Sr. Presidente, isso já é permitido pela lei atual. O negociado já prevalece sobre o legislado, desde que seja para beneficiar o trabalhador. O que não é possível hoje, e que o projeto quer tornar possível, é que o negociado seja pior do que o legislado para o trabalhador. Isso de fato é proibido, mas o projeto quer permitir.



E aqui o documento da magistratura brasileira, dos juízes brasileiros e do Ministério Público brasileiro, de uma frente denominada FRENTAS — Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, diz: “O substitutivo extrapola em muito o projeto inicial”. Verdade. O Relator ampliou muito para pior o projeto.

Trata-se do maior projeto de retirada de direitos trabalhistas já discutido no Congresso Nacional, desde a instituição da CLT. Vou repetir: Trata-se do maior projeto de retirada de direitos trabalhistas já discutido no Congresso Nacional, desde 1943 — palavras dos juízes do Trabalho e do Ministério Público.

Portanto, eu gostaria que algum colega dissesse onde está a mentira do Ministério Público, onde está a mentira da Justiça do Trabalho. Eu poderia citar vários direitos que são retirados. Para citar dois apenas, para que não digam que não foi dito: a retirada das horas *in itinere*, a que o trabalhador tem direito hoje e perderá; a retirada do direito à incorporação do valor da função gratificada, a que o trabalhador hoje tem direito e perderá; a retirada da exigência de negociação coletiva para a dispensa em massa, conquista da jurisprudência que perderá pelo projeto; a modalidade de rescisão do contrato de trabalho por acordo, que não existe, existirá e prejudicará o trabalhador, entre outras tantas formas de se retirar direitos, que o Substitutivo do Relator inclui.

Trata-se de um ataque que passa pela supressão de direitos materiais e processuais que constam da CLT, e que vai dificultar que o trabalhador recorra à Justiça do Trabalho. Esse projeto quer dificultar que o trabalhador vá à Justiça do Trabalho. No fundo é isso. É mais ou menos como aquele governante, que, para reduzir os índices de criminalidade, não enfrenta o crime, mas dificulta o registro de ocorrência, torna difícil registrar o crime.

O projeto quer resolver o problema da Justiça do Trabalho, não corrigindo os desvios e o desrespeito à lei do trabalho, mas dificultando o acesso à Justiça do Trabalho, dizendo que o trabalhador que, eventualmente, perder uma audiência terá que pagar pelas custas do processo arquivado para poder entrar com uma nova reclamação.

O projeto quer punir o trabalhador com algo inacreditável. O trabalhador que faltar ao trabalho terá que pagar multa! O trabalhador que falta ao trabalho não recebe pelo trabalho, mas vai ter que pagar multa! Querem multar o trabalhador!



Sr. Presidente, esse Substitutivo tem lado. Ele está do lado dos que têm muito e retira direito dos que têm pouco. Esse projeto é injusto e covarde, Sr. Presidente. O projeto é injusto e covarde.

Além disso, cria novas formas de trabalho temporário e, portanto, facilita a precarização, estendendo o limite do trabalho temporário de 25 para 32 horas, reduzindo, portanto, o pagamento de horas extras, porque no limite é isso que vai significar.

O projeto cria dificuldades e entraves para o reconhecimento da responsabilidade do empregador. A mudança do conceito de grupo econômico dificulta que o trabalhador que tenha algo a receber possa ir atrás do seu direito, pelas leis do trabalho, e perderá esse direito porque terá que ser ele a provar qual empresa controla qual, independente de identidade societária.

O projeto cria a presunção de que o trabalhador age sempre de forma ilícita e censurável na relação processual, dificultando a gratuidade processual plena, mesmo que reconhecida a hipossuficiência, quando faltar, por exemplo, à primeira audiência, como acabei de dizer, ou, eventualmente, quando as perícias tiverem resultado negativo.

Quer dizer que, se o trabalhador perde a perícia, é ele que paga pela perícia? Então, ele deve temer entrar com uma reclamação, porque, se a perícia for contrária a ele, ele terá que pagá-la? Ele já não tem nada! Ele já não recebeu o que deveria! E é ele que terá que pagar pela perícia? Não faz sentido isso, Sr. Presidente.

Mesmo sem esgotar todos os pontos — diz a nota do Ministério Público e da magistratura —, é necessário dizer ainda que outras modificações indevidas foram acrescentadas no parecer do Relator. A proposta se balizou marcadamente, dizem o Ministério Público e a magistratura, por apenas um lado dessa complexa relação. E, certamente, não é o lado do trabalhador, Sr. Presidente.

Além disso, o projeto libera as terceirizações e restringe direitos dos terceirizados, dificulta os direitos iguais, sim, senhor. Se tiver plano de cargos e salários, o terceirizado não tem direito a salário igual. Basta ler o Substitutivo. O projeto retira direitos dos terceirizados, sim! Basta ler. E vamos falar a verdade nesta Comissão. Quem quiser votar a favor que vote, mas sem enganar o povo, sem falar mentiras. Esse é um projeto de retirada de direitos, Sr. Presidente!



Eu lamento que a Rede não tenha voto nesta Comissão, porque nós não temos membros nesta Comissão, pelo tamanho do partido, para poder votar contra. Por isso, vim aqui me inscrever. Mas vou fazer um combate a essa proposta no plenário.

E quero que quem defende o projeto me diga que o projeto não retira direitos. Eu quero que falem da hora *in itinere*, eu quero que falem da função gratificada, Deputado Laercio.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Eu posso responder.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu quero que V.Exa. me responda. Eu desafio V.Exa. para um debate sobre isso. É um projeto de retirada de direitos, é injusto e é covarde, Presidente. Por essa razão, ele deve ser rejeitado.

Por fim, um colega disse aqui que, em homenagem a Michel Temer, deve-se votar o projeto. Colegas, quem voa em avião particular, ou melhor, avião exclusivo, é o Presidente Michel Temer. Quem não precisa sair às ruas é ele. Quem não será mais candidato é ele. As senhoras e os senhores serão. Lembrem-se disso, porque V.Exas. continuarão caminhando nas ruas e terão que responder por esse projeto se ele for aprovado, porque retira direitos do trabalhador, sim.

Por isso, nós encaminhamos contra o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Para encaminhar a favor, com a palavra o Deputado Vitor Lippi.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Eu tenho absoluta convicção de que nós temos que aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para cumprimentá-lo e também o Deputado Rogério Marinho pela qualidade desse trabalho.

Sou testemunha — porque acompanhei desde o primeiro momento aqui — da dedicação de V.Exas., de como vocês ouviram centenas e centenas de representantes da grande maioria das atividades produtivas deste País, como tiveram a possibilidade de ouvir aqui representantes de todas as áreas relativas às questões trabalhistas no Brasil e puderam fazer um diagnóstico do que era bom na CLT e do que precisava ser modernizado, sem mexer com nenhum direito do trabalhador. Acho que isso precisa ser falado aqui, porque eu escuto por aí que essa lei vai tirar 13º salário, fundo de garantia, férias. É mentira. Não vai mexer em direitos do trabalhador.



O que existe aqui é o esclarecimento de algumas jurisprudências, algumas decisões jurisprudenciais que estavam absolutamente inadequadas, incompatíveis, prejudiciais. Então, nós temos que valorizar o trabalhador. Isso é fundamental, é a razão de estarmos aqui.

Mas nós não podemos criar uma situação de insustentabilidade das empresas brasileiras. Existe uma pesquisa, Sr. Presidente, que mostra que 60% das empresas brasileiras morrem com 5 anos de idade. Isso significa que a grande maioria dos trabalhadores brasileiros que investe neste País não consegue conduzir o seu negócio, e parte disso diz respeito aos conflitos trabalhistas, porque o Brasil é o País recordista mundial em conflitos trabalhistas. Nós temos 50 vezes mais ações trabalhistas que os outros países e temos cem vezes mais sindicatos que os outros países. Isso, óbvio, gera distorções. E quem paga essa conta é quem está dando o emprego.

Então, além de dar mais oportunidades de emprego e ampliar as possibilidades do trabalhador brasileiro, nós temos que, ao mesmo tempo, dar condição para as empresas brasileiras voltarem a crescer e não terem a insegurança que têm hoje.

Por isso, eu entendo que essa matéria precisa ser levada com urgência para ser discutida. O Brasil não aguenta mais essa situação, o desespero da situação dos brasileiros, desses 13 milhões de brasileiros desempregados e dos mais de 20 milhões de subempregados.

Para concluir, Sr. Presidente, esse trabalho muito bem feito, com responsabilidade, com muita democracia e com espírito democrático, vem ao encontro de um Brasil melhor. Vamos dar um basta às corporações e àqueles que querem jogar com um discurso velho, jogar uns contra os outros, jogar o trabalhador contra o empregador. Nós precisamos de ambos, nós precisamos do trabalhador e precisamos também daqueles que trabalham para que as empresas cresçam no Brasil.

Esse discurso do ódio, da segregação, não leva a nada. Esse discurso, por sinal, já perdeu as últimas eleições do ano passado. Então, nós precisamos de um Brasil novo, de um Brasil que realmente possa crescer e no qual as empresas possam crescer, para que muito mais gente possa trabalhar e possa ter uma vida



mais digna e melhor. Damos o nosso apoio, obviamente, para a conclusão desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Para orientar a bancada, como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB, Sr. Presidente, vota pelo encerramento da discussão e solicita a todos da base do Governo que votem também pelo encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - O PMDB vota "sim".

Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - O PT, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - O PP vota pelo encerramento da discussão.

O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS - Sr. Presidente, o PT é contrário ao encerramento da discussão. É contrário porque esse projeto, esse Substitutivo está sendo enfiado goela abaixo neste Parlamento, enfiado goela abaixo na classe trabalhadora brasileira.

Já foi apontado aqui, de forma indesmentível, que se trata de um Substitutivo que vai levar a classe trabalhadora brasileira ao século XIX, porque, de maneira profunda, retira direitos da Consolidação das Leis do Trabalho. Portanto, isso não pode ser simplesmente aprovado de cambulhada. É importante, é democrático que nós debatamos até a última linha desse Substitutivo.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores é contrário ao encerramento da discussão. Democrático é continuar discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Deputado Vitor Lippi, como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - O voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - O PP vota pelo encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PR?



A SRA. DEPUTADA MAGDA MOFATTO - Sr. Presidente, esse projeto já foi amplamente discutido, por muitas e muitas reuniões desta Comissão, e está no momento realmente de se encerrar a discussão, que foi tão comprida e tão árdua.

Portanto, o PR vota “sim”, pelo encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PSD?

O SR. DEPUTADO GOULART - O PSD vota pelo encerramento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, eu acho que, agora, resolvida a questão de quem vai aqui, pelo PSB, fazer a orientação do partido, eu queria, na verdade, deixar muito claro que nós precisamos respeitar a Liderança partidária, respeitar a Líder, que teve que vir a esta Comissão para restabelecer a correta orientação do partido. Quero dizer que nós temos efetivamente, na bancada do PSB, uma posição bastante dividida com relação a essa reforma trabalhista.

Ainda que minha posição pessoal como Parlamentar — e vou votar pelo encerramento da discussão — seja a favor do encerramento da discussão, por já entender que nós discutimos exaustivamente nesta Comissão esse projeto de lei, que é importante para o Brasil, em respeito à divergência partidária, como todo membro do partido deve respeitar a divergência interna da sua bancada, eu vou liberar o PSB nessa votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - O PSB libera a sua bancada. Como vota o DEM, Sr. Líder?

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - O Democratas vota pelo encerramento da discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Muito bem, Sr. Ministro.

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, mais uma vez, o PDT se colocou favorável aos direitos. Sempre fomos defensores dos direitos: do direito do trabalhador, do direito do aposentado e das bandeiras importantes, como a educação.



Sr. Presidente, mais uma vez, para um assunto tão importante quanto este, é necessário um maior debate, um debate mais ampliado. Nós estamos sendo amordaçados nesta Casa. Votamos contra a urgência, ganhamos, e depois apresentaram de novo o projeto de urgência para votar o projeto. Agora, querem encerrar um debate de um assunto que interessa à população brasileira e que está sendo vendido de forma ilegal e utópica para o trabalhador.

Por essa razão, o PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PRB, Deputado Silas Câmara?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, o PRB vota “sim”, queremos votar a matéria. Portanto, votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PTB? *(Pausa.)*
Como vota o Solidariedade?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O PMDB? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, o Solidariedade entende que essa matéria... Particularmente, eu defendo a livre negociação. Inclusive, no ano passado — e o próprio Relator reconhece —, com a livre negociação dos salários, mesmo durante a crise, os sindicatos conseguiram fazer com que mais de 50% dos trabalhadores tivessem aumento do salário. Portanto, a livre negociação é uma coisa boa.

Agora, o Relator está amarrando a mão e os pés dos sindicatos, tirando seus recursos e dizendo: “Vão negociar”. Portanto, há essa incoerência. Se nós estamos dizendo aqui que queremos fazer a livre negociação, que o negociado vai valer mais do que o legislado, que as negociações serão acima da lei, mas tiram recursos dos sindicatos? Por isso, o Solidariedade vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PTN? *(Pausa.)*
Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Acho que o Deputado Assis Melo está querendo fazer o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - Obrigado.

Sr. Presidente, nós queremos dar o nosso encaminhamento, que é “não”, pela continuidade da discussão. Achamos importante que essa discussão continue sendo



feita aqui. E quero dizer também, Sr. Presidente, que eu apresentei um voto em separado a esse Substitutivo do Relator.

Sr. Presidente, para aqueles que acham que não há retirada de direitos aqui, na verdade, o Relator quer institucionalizar a fraude, porque o acordo, aquele acordo que é feito unilateralmente, é proibido pela Justiça do Trabalho, é considerado fraude. Ele quer regulamentar isso com perda para os trabalhadores. Eles receberiam 50% do que lhes é devido. Está aqui a cartilha impressa pela própria base do Governo. Está aqui escrito pela base do Governo, não estou falando mentira.

Portanto, o PCdoB vota "não" ao encerramento da discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PSC?

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - O PSC, Sr. Presidente, ratificando os cumprimentos pela qualidade do trabalho feito pelo Relator e pela condução dos trabalhos por V.Exa., vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PPS?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, nós não temos aqui nenhuma intenção de fazer qualquer discussão sobre a matéria se eternizar. A matéria já está sendo discutida nesta Casa há algum tempo, inclusive, nesta Comissão.

No entanto, é preciso que a gente considere que o Substitutivo apresentado, com toda a competência, com toda a dedicação e com toda a boa-fé do Relator, Deputado Rogério Marinho, é um texto que em grande parte inovou. E não estou aqui entrando no mérito se a inovação foi para melhor ou para pior. Acho até que se inovou, em alguns casos, para pior e, em outros, para melhor.

No entanto, quase dois terços desse texto são textos novos. Por exemplo, ele vulnerabiliza a possibilidade de se combater o trabalho escravo. Há um artigo aqui claramente sobre isso. Para alguns Estados, isso pode não ser uma realidade, mas para outros Estados, como o do Pará, que no ano passado teve 218 casos de resgate de trabalhador em trabalho análogo ao escravo, isso é um retrocesso completo. A legislação tem avançado não só no Brasil, mas inclusive em estatutos internacionais quanto ao combate ao trabalho análogo ao escravo. Aqui, nesse dispositivo, nós estamos retroagindo em relação ao que temos hoje.



Portanto, nós achamos que é pertinente o esgarçamento do debate. Por isso, nós vamos votar "não". A nossa posição é "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O PSOL quer continuar o debate e diz "não" ao encerramento da discussão. É fiel, inclusive, ao apelo de algumas associações nacionais, para além das centrais sindicais, como a do Magistrados da Justiça do Trabalho, como a dos Procuradores do Trabalho, como a dos Juízes Federais do Brasil, como a dos Procuradores da República, mostrando que o projeto precariza e derruba, sim, direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora para ter o seu mínimo, o seu elementar.

A gente quer debater aqui os efeitos de se colocar o negociado acima do legislado. Isso vai implicar retirada de direitos. Nós queremos debater, sim, a questão do trabalho insalubre, porque um atestado médico pode autorizar uma mulher gestante a exercê-lo, e vários outros itens. São pelo menos 12 aqui listados que merecem mais debates.

Quem quer encerrar a discussão quer uma lei exclusivamente a favor do empresariado. O nosso voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PEN?

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Sr. Presidente, para manter a coerência com o nosso voto no requerimento de retirada de pauta deste projeto e para manter o entendimento de que este é um projeto danoso ao trabalhador brasileiro, nós vamos continuar firmes votando "não" a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PRP? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - O PROS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Governo vota "sim", porque, primeiro, nós precisamos desmontar esse sistema estatutário rígido, do qual fazem



parte advogados, juízes, procuradores, auditores fiscais, dirigentes sindicais vitalícios, que fazem uma ação que desemprega.

Além disso, essa reforma tem um efeito imediato: aumentar a segurança jurídica para empregados e empregadores e ajudar a reduzir o medo de empregar entre os empresários.

Ao longo do tempo, essa reforma criará um clima de confiança entre empregado e patrão e fará bem ao Brasil, para enfrentar a tragédia assustadora dos 13 milhões de desempregados que o Governo anterior deixou para esta base consciente, estudiosa, informada, que vai fazer chover na lavoura dos brasileiros com essa reforma e com a reforma da Previdência, em 2017 e 2018.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de dizer aos colegas que a sabedoria popular vale muito, e as pesquisas indicam que 90% do povo brasileiro compreendeu que este projeto de mudança da CLT é extremamente negativo para o futuro da economia e para os trabalhadores brasileiros.

Segundo, nós tivemos o melhor nível de emprego de toda a história do País, ao final de 2014, com a CLT absolutamente preservada e em vigor. A CLT não é causa de desemprego. A CLT é uma garantia de proteção ao trabalhador nessa relação desigual que ainda é — e será por muitos anos — a relação entre quem contrata e quem é contratado.

O Ministério Público do Trabalho fez aqui um parecer exemplar, mostrando que este projeto vai desestabilizar o ambiente do mercado de trabalho no nosso País.

A Minoria vota “não”, com muita convicção de que isto é, sim, o moderno e o melhor para um País que quer remunerar seus trabalhadores à altura e quer respeitar o mundo do trabalho, e não criminalizar sindicatos e criminalizar o mundo do trabalho.

A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota a Rede?



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, a Rede orienta o voto “não” ao encerramento da discussão.

O parecer do Relator foi divulgado na última sessão. Hoje, seria a oportunidade para todos os membros da Comissão se manifestarem a respeito do Substitutivo do Relator. Não faz sentido encerrar esta discussão com a manifestação de 6 oradores, salvo engano, pelo regime de urgência. Apenas 6 colegas titulares, de 36 que fazem parte da Comissão, mais os Suplentes, se manifestaram, e não se deve encerrar a discussão de um tema tão grave para o País sem outra discussão qualquer.

E esse tema vai direto para o plenário, o Presidente da Casa já anunciou que a pressa dele é de votar amanhã. Portanto, não faz sentido encerrar esta discussão, até para que aqueles que defendem a proposta possam apresentar mais tranquilamente os seus argumentos, com mais tempo, e aqueles que são contra se posicionem. Por exemplo, o projeto prejudica gravemente pessoas com deficiência, que terão menos chance se o Substitutivo for aprovado.

Por tudo isso, a Rede orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como orienta o PTdoB?
(Pausa.)

Como vota o PMB? (Pausa.)

Em votação o requerimento.

Os Deputados favoráveis ao encerramento da discussão permaneçam como se encontram, os contrários queiram se manifestar. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Estão encerrados a discussão e o encaminhamento da matéria.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Votação nominal, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - É matéria vencida! É matéria vencida!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Rogério Marinho, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, por favor!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, o maior número das mãos estão levantadas!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - ...para réplica e, se for o caso, declarar se incorpora ao seu relatório algumas sugestões apresentadas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Após a fala do Relator, concederei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Conforme foi acertado, nós nos debruçamos sobre as preocupações dos senhores e das senhoras. Em relação ao projeto apresentado hoje na Comissão, sem prejuízo de que possamos continuar a negociar, a aperfeiçoar o projeto, logo após a sessão e amanhã, durante a votação no plenário da Casa, digo previamente que já há convites de bancadas para conversarmos a respeito do projeto, há convites da bancada feminina para conversarmos a respeito da questão específica da mulher. Vários Parlamentares acenam que estão com o espírito de melhorar, de aperfeiçoar o texto. Nós não nos negamos a ter esse tipo de conversa até a votação final.

Complementação de voto.

Considerando a reunião desta Comissão Especial, em 25 de abril de 2017...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Só 1 minuto, Deputado. Eu quero pedir silêncio. Este é um momento muito importante. O Relator está se pronunciando sobre as alterações que foram solicitadas pelos Parlamentares no momento da discussão.

Vamos fazer silêncio e garantir a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu só queria depois ter o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Depois.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Inscreva-me, Sr. Presidente, por favor.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Considerando a reunião desta Comissão Especial, em 25 de abril de 2017, no Plenário 1 da Câmara dos Deputados, decidimos apresentar esta complementação de voto, que tem por objeto a alteração dos seguintes pontos do Substitutivo apresentado na referida data.



Esse dispositivo fica com a seguinte redação:

“Art.3º

§ 2º: *O negócio jurídico entre pessoas físicas ou jurídicas da mesma cadeia produtiva, ainda que em regime de exclusividade, não caracteriza o vínculo empregatício dos empregados da pessoa física ou jurídica contratada com a pessoa física ou jurídica contratante nem a responsabilidade solidária ou subsidiária de débitos e multas trabalhistas entre eles.*”

Quanto ao art. 443, modificamos a redação do § 3º para proibir o trabalho intermitente dos aeronautas regidos por legislação própria. Em razão disso, as ESB 297 e 307 passaram de acatadas integralmente para acatadas parcialmente.

O § 2º do art. 457 ficou com a seguinte redação:

Art. 457.....

.....

§ 2º *As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagens, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.*

Quanto ao art. 883-A, acatamos parcialmente a ESB 44 da Deputada Laura Carneiro. Estamos reduzindo de 60 dias para 45 dias o prazo previsto no art. 883-A.

Em relação ao art. 899, § 10, apenas excluímos o trecho que constou formatada como fonte taxada por erro material, pois a intenção era excluí-lo.

No art. 4º - A do art. 2º do Substitutivo, acatamos a ESB 173 do Deputado Valdir Colatto. Esse artigo foi alterado de forma que em vez de “empresa prestadora de serviço” conste “pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço”.

A Lei nº 8.212, de 1991, alterada pelo art. 4º do Substitutivo. Foi incluída a alínea do § 9º do art. 28 da referida lei, para esclarecer que prêmios e abonos não integram salário de contribuição.



ESB 378, Deputado Carlos Zarattini. Após nova análise, foi revisto o posicionamento em relação à inconstitucionalidade da emenda em referência, que passou a ser tida como constitucional e, no mérito, rejeitada.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, e das emendas a ele apresentadas: Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29.

Com a palavra o Deputado Goulart.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, não quero dispensa, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - V.Exa. dispensa a leitura de todas as emendas que foram rejeitadas?

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Dispensou.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu queria usar a palavra agora. Posso?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu quero falar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu estou inscrita há não sei quanto tempo e não consegui falar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Vou concluir o voto, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Só 1 minuto, por favor. Só 1 minuto.

Deputado Rogério Marinho, V.Exa. já terminou a sua fala?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Deputado Rogério falou de algumas emendas e se esqueceu de outras em relação aos quais se comprometeu comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Ele vai concluir, Deputada Laura.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Vou só terminar o voto, já que está liberado para falar todos os números.

Substitutivo ao projeto de lei... Não, acho que está terminado.



Sala das Comissões, 2017. Está concluído.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu queria só saber, porque não entendi. Deputado Rogério Marinho, no § 2º do art. 3º, qual foi a alteração. Se V.Exa. pudesse...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pois é, é sobre esse artigo que eu quero falar e sobre outros que o Deputado combinou comigo e não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Calma, Deputada, eu vou conceder a palavra a V.Exa. Aguarde.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, V.Exa. está falando isso desde a manhã. Estou aqui desde as 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É sobre o § 2º do art. 3º, Deputado Rogério, a que V.Exa. fez referência. Eu não entendi. Qual foi a mudança de mérito? Qual foi a alteração que V.Exa. abrigou?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Deixe-me ver no original.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Só um minutinho, Deputada. Deixe o Deputado Rogério Marinho concluir a resposta.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Nós alteramos aqui o conceito de cadeia produtiva, Deputado Arnaldo Jordy. Originalmente era:

O negócio jurídico entre empregadores da mesma cadeia produtiva, ainda que em regime de exclusividade, não caracteriza o vínculo empregatício dos empregados da pessoa física ou jurídica contratada com a pessoa física ou jurídica contratante nem a responsabilidade solidária ou subsidiária de débitos e multas trabalhistas entre eles.

Então, a alteração...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - O negócio jurídico entre pessoas físicas e/ou jurídicas na mesma cadeia produtiva, *“ainda que em regime de exclusividade, não caracteriza o vínculo empregatício dos empregados da pessoa física ou jurídica contratada com a pessoa física ou jurídica — no caso, nós substituímos pela palavra contratante, e então, ficaria: pessoa física ou jurídica — contratante nem a responsabilidade solidária ou subsidiária de débitos e multas trabalhistas entre eles”*. Entrou “contratante”.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, já havia “contratante”, Sr. Relator.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só mudou “pessoa física ou jurídica”.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - O.k.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não. Na verdade, se eu entendi, Deputado Rogério Marinho, não alterou a essência da preocupação nossa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nem a minha. Faltou incluir: salvo quando violar a Constituição Federal, ou seja, férias, 13º salário, etc.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Na verdade, isso vulnerabiliza o chamado trabalho análogo ao trabalho escravo, Deputado Rogério.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É isso, acaba com o trabalho escravo, que é o caso da Zara.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Exatamente. O caso da Zara, que foi inclusive ouvida nesta Casa, na Comissão de Direitos Humanos, foi um escândalo. Houve um TAC — Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho, obrigando, inclusive, a pagar multa altíssima.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Bom, já entendi aqui. Calma, Jordy! É muita coisa ao mesmo tempo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não altera em nada a proposta de V.Exa., porque não retira a responsabilidade subsidiária e solidária, fica mantida, aliás, fica retirada da relação. Então, tem de manter.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Eu posso falar?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Deputado Arnaldo Jordy, nós retiramos a questão dos empregadores, a alteração foi na primeira linha. Mas a preocupação, inclusive da Deputada Laura, era que não se afrontasse a Constituição.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Salvo quando violar a Constituição. V.Exa. não escreveu isso.

(O microfone é desligado.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. não tem culpa, quem me retirou a palavra foi a Presidência.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Calma, calma! A nossa preocupação aqui é a mesma da Deputada Laura. Nós achamos que está implícito ou explícito que ninguém pode fazer uma lei contra a Constituição. Já é mecanismo próprio de correção desse processo. Nós não temos dificuldade em fazer uma alteração no processo. Nós achamos que não fragiliza.

Cadê o Jordy? Eu estou procurando por ele e não o estou vendo. Desculpe. V.Exa. estava ali e já se deslocou para a direita.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Essa é uma estratégia para chamar a atenção de V.Exa. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não usa trabalho degradante ou análogo ao escravo. Mas amplia trabalho degradante ou análogo ao escravo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - A questão que a Deputada Laura coloca, se lhe contemplar, é: desde que não afronte a Constituição. Para mim não há dificuldade, porque a Constituição já assegura que não há a possibilidade do trabalho escravo, apesar de eu achar que já está explícito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Veja bem, o ponto fulcral aqui, Sr. Relator, é que V.Exa. elimina a possibilidade de responsabilidade subsidiária ou solidária àquela empresa contratante. O caso da Zara, que contratou uma quinta companhia, a qual contratou brasileiros e bolivianos de 14 anos com jornada de 16 horas, é tudo aquilo que a gente viu nos jornais. Se esta empresa mãe não tiver responsabilidade solidária ou subsidiária nos débitos e multas trabalhistas entre



eles, se estará simplesmente abrindo a possibilidade dessa distinção e da quebra dessa cadeia, o que eu não acho justo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Deputado Jordy, vamos fazer o seguinte: eu vou manter a responsabilidade subsidiária. Está mantida a responsabilidade subsidiária.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, por favor.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Questão de ordem, Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, segundo o art. 162 do Regimento Interno, em relação...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Presidente, V. Exa. quer que eu a interrompa, como fez a Deputada Benedita? Eu também sei interromper.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Deputada, questão de ordem tem prevalência.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu já havia pedido antes, Sra. Deputada. É questão de ordem que prevalece.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu também vou fazer uma questão de ordem. Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - É só dizer o artigo que eu darei a questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Mas eu pedi antes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Peço a palavra a V. Exa. para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, diz o art. 162, inciso II: "*Antes de iniciar a votação da matéria principal, a Presidência dará conhecimento ao Plenário dos requerimentos de destaques apresentados à Mesa*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Farei isso, Deputada.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Questão de ordem, art. 96, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Concedo a palavra a V.Exa. para uma breve comunicação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - V. Exa. quer fazer uma questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu quero fazer o que V. Exa. disse que era possível fazer. Quero contraditar, tendo em vista que o Relator falou em sugestões minhas e não estão aqui as sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Então, está garantida a palavra a V. Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada a V. Exa.

Nobre Relator, V. Exa. no artigo... Eu queria falar muito mais, mas vou me restringir ao que combinei com V. Exa.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Mais uma vez quero pedir silêncio à Comissão. Vamos garantir a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O art. 223-A diz o seguinte: *“Aplicam-se à reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho exclusivamente os dispositivos deste Título”*, o que impede que o Código Civil seja utilizado. V. Exa. concordou comigo em tirar a expressão “exclusivamente”. Então, requeiro a V. Exa. que, por favor, retire a palavra exclusivamente, sob pena de o trabalhador não poder se utilizar do Código Civil brasileiro.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, eu posso falar agora ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Assim que a Deputada Laura concluir.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, é só a palavra exclusivamente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Deputada, em relação ao artigo...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Relator, o que me angustia é que a gente está tratando da vida de todos os brasileiros. Quando eu peço para falar,



não é para mim, pois sou aposentada, sou Deputada Federal, mas é para outras pessoas. E não adianta cortar a palavra dos Deputados, porque se a gente não falar aqui, vai fazer confusão no plenário. É melhor que seja aqui, porque daí pode sair um texto melhor.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, eu posso falar agora ou não?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O art. 223-C — V. Exa. combinou comigo, eu havia lhe pedido — diz: “*A honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a saúde, o lazer e a integridade física*”, entre outros. V. Exa. me pediu que não fosse “entre outros” e que fixasse quais seriam. Eu vou dizer a V. Exa. quais são: o assédio sexual, o assédio moral e a autoestima profissional.

Então, V. Exa., por favor, são três itens a serem incluídos nessa taxação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Para uma breve comunicação, tem a palavra o Deputado Silvio Costa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu não acabei, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, na verdade é o seguinte:

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu estou me reportando ao que ele falou comigo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Deputado Rogério Marinho, eu quero fazer uma pergunta a V. Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deputado, V. Exa. vai mesmo me interromper?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - A Deputada Laura não terminou ainda.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Deputada Laura, desculpe-me, perdoe-me. Um mol de desculpas. Sabe quanto é um mol de desculpas? Sabe um mol quanto é? Sabe não. Vou lhe dizer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sei. Está bom.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - São 602 sextilhões de desculpas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom. Ótimo. Obrigada.



Como disse a V. Exa., a representação do CONANDA nesta Casa pede que V.Exa. altere o § 5º do CONANDA e do Fórum Nacional de Aprendizagem; pede que V.Exa. altere o art. 429, § 5º, nos termos da Emenda nº 58 — apenas o § 5º, não é a emenda toda.

Essa outra matéria...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Deputada Laura Carneiro, eu pediria um esclarecimento a V.Exa., por gentileza. A senhora se referiu ao art. 223...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ao art. 223-A, à palavra “exclusivamente”.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - E explicitou quais são as outras formas...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - São: assédio sexual, assédio moral e autoestima profissional, que é uma forma de assédio moral.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - E autoestima profissional.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que é uma forma de assédio moral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Concluiu, Deputada Laura Carneiro?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não concluí, Sr. Presidente. Assim que eu concluir, vou dizer a V.Exa. que estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Então, conclua, por favor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Estou tentando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Estou tendo complacência com V.Exa., pois é uma breve comunicação e não um momento em que eu possa conceder um tempo grandioso a V.Exa. Então, eu gostaria que V.Exa. concluísse e, se for o caso, que encaminhasse.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Estou apenas cobrando do Relator o que ele prometeu alterar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Tudo bem, Deputada, mas V.Exa. terá o momento adequado para fazer isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é o momento adequado? O momento adequado vocês tiraram.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - É uma breve comunicação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Perdoe-me, mas V.Exa. o tirou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Não tirei. Foi uma votação do Plenário que encerrou a discussão, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Exatamente quando eu ia falar. Mas, enfim...

Em relação ao art. 790-B, Sr. Relator, ainda sobre aquela questão da justiça gratuita, tanto este artigo como também, à frente, o art. 844, não faz sentido que a lei trabalhista seja pior do que a lei civil. Quer dizer que para o trabalhador hipossuficiente vai ter uma legislação pior do que o Código Civil? Então, minimamente, vamos manter o Código Civil. E para manter o Código Civil, tem que se alterar o § 2º do art. 844 e o art. 490-B. Ambos tratam da gratuidade de justiça para o hipossuficiente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Bom, posso falar agora?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agradeço a V.Exa. a questão dos 45 dias. As outras questões eu não vou levantar, porque V.Exa. disse que não as acataria. Então, Sr. Relator, agradecemos o seu trabalho e compreensão de acatar as emendas de nossa autoria. Obrigada a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Com relação ao art. 223-A, Deputada, nós vamos tentar dar uma redação que a satisfaça, mas o nosso entendimento é de que, em relação ao dano extrapatrimonial, estamos parametrizando-o dentro da legislação, em relação à trabalhista, e não estamos excluindo o Código Civil. De qualquer forma, vamos tentar, até porque não é o nosso interesse retirar o Código Civil.

(Não identificado) - Mas como está conflita, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Então, vamos buscar uma redação que seja mais adequada.

Sobre a questão que eu havia combinado com a senhora de definir quais são os itens relacionados ao assédio, nós colocamos especificamente a integridade física. Em nossa opinião, contempla. Mas não há dificuldade de ser mais real do que o rei.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então seja mais real, por favor, porque assédio sexual...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Serei. Vamos dar uma redação em que isso fique mais claro ainda.

Em relação à questão do art. 429...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Em relação ao CONANDA, à aprendizagem.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, enquanto o Relator pensa, eu posso falar?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Essa questão nós vamos discuti-la amanhã pela manhã. Eu já conversei com o pessoal ligado à área e amanhã às 11 horas eu terei reunião na Liderança do PTB.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Posso falar agora, Presidente?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Não. Ainda falta eu responder.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ah, desculpa. Vou esperar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Quanto ao art. 790 e ao art. 844, V.Exa. falou da justiça gratuita, aí eu não vou mexer, vou manter no relatório, porque nós achamos, Deputada Laura, que nesta questão aqui não está retirada a Justiça gratuita. A gente topa conversar com V.Exa. com calma. Nós apenas estamos estabelecendo a sucumbência recíproca e um processo de compensação. Nós não estamos abrindo mão da Justiça gratuita, até porque nós não poderíamos contrariar a lei.

Em relação aos demais, sinta-se contemplada. Vou pedir para fazerem uma redação, para eu conversar com V.Exa. daqui a pouco.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, posso agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Relator, deixe-me dizer uma coisa. Eu sempre fui a favor do negociado sobre o legislado, com critérios. Por exemplo, o cara que ganha 10 salários mínimos por mês evidentemente pode sentar-se à mesa e negociar com o empregador: *“Olha, eu não quero 1 hora para almoço; eu quero meia hora”*. Tudo bem.



Só que este projeto, Deputado Rogério Marinho — eu sei V. Exa. está ocupado...

Há dois grandes negócios no Brasil: ser dono de partido político, por conta do Fundo Partidário, e ser dono de sindicato. Eu disse isso ao Deputado Paulinho da Força, e ele é dono dos dois.

Olha, com raras exceções, o que nós estamos criando aqui, agora, o negociado sobre o legislado, é o melhor negócio do mundo para quem é dono de sindicato, porque o dono do sindicato vai sentar-se à mesa com o empregador, vai negociar, vai ser uma ilha de corrupção.

Alguns deles vão negociar, Deputado Chico! É preciso ter coragem para dizer isso! O Brasil tem 11 mil sindicatos de trabalhadores e 6 mil patronais: 17 mil ao todo. Alguns donos de sindicatos vão sentar-se à mesa e fazer o seguinte: “*Olha, eu falo pela categoria*”. Vão negociar como quiserem, 1 milhão para cá, 2 milhões pra cá, e vão lascar o trabalhador.

Se for dessa forma, eu não concordo.

Mas eu quero fazer uma pergunta, Deputado Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É a pergunta agora. É rápido. V.Exa. olha para mim?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Eu o estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - A pergunta é a seguinte — aliás, eu soube que V.Exa. esteve no *Roda Viva* ontem, e eu não tive o privilégio de vê-lo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Ontem?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sei lá quando foi! V. Exa. está indo bem! Está na mídia em geral.

Mas escute: o Dyogão, o cara que traiu a gente — era do Governo Dilma e continua Ministro de Temer. Ele nos traiu, aquele Dyogo —, eu tenho informações de que está preocupado. E a preocupação dele procede. Quero lhe perguntar sobre isso.

V.Exas. querem fazer a reforma da Previdência. É claro que a reforma trabalhista, lamentavelmente, V.Exas. vão aprovar, porque precisa apenas de



maioria simples. Mas qual vai ser o impacto dessa reforma trabalhista que V.Exas. vão aprovar nos cofres da Previdência?

Eu estou lhe perguntando porque eu sei, mas eu quero ouvir do Relator. V.Exa. deve ter conversado com o Dyogo, deve ter conversado com o Meirelles, e V.Exa. sabe que tem impacto na arrecadação da Previdência. De quanto é esse impacto?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Não está mensurado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Claro que está! V.Exa. não está falando de "pejotização" aí, não?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Mas deve ser positivo. Eu estou impedindo a pejotização.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Positivo? Ah! Então, eu já vi que V.Exa. não leu.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Altamente positivo. Altamente positivo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu estou com a palavra. Eu estou com a palavra. Esse Relator...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - V.Exa. me fez uma pergunta e já tomou a palavra?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - V.Exa. não respondeu!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vai diminuir a informalidade e vai aumentar o emprego.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Perondi! Perondi, cada Governo tem o *(ininteligível)* que merece. Espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Deputado Silvio, deixe o Deputado responder a pergunta. V.Exa. não quer que ele responda?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Só um instantinho, só um instantinho.

Ele vai responder? Eu vou ouvir.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Bom, já que V.Exa. gosta de cálculo matemático, faça o seguinte cálculo: há 20 milhões de trabalhadores no



Brasil, de acordo com o Censo do IBGE, no teletrabalho; não há uma normatização e nenhum parâmetro legal. Só na ABRASEL — Associação de Brasileira de Bares e Restaurantes, há em torno de 3 milhões de trabalhadores que trabalham em situação precária. Então, se estimularmos esse contingente de trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho, certamente haverá uma contribuição expressiva à Previdência.

Se agregarmos o fato de que, com essa flexibilização e com a possibilidade de negociação com o hipersuficiente, iremos atacar diretamente a “pejotização” que existe hoje; e que, de 16 milhões de empresas, de 10 milhões a 11 milhões não têm sequer um trabalhador — ou seja, há pelo menos 5 milhões ou 6 milhões de pessoas no Brasil que trabalham como PJs em várias instituições — e, com essa modificação da legislação, as pessoas que trabalham nelas como PJs serão estimuladas a entrar em um processo de contribuição previdenciária — hoje estão fora dele —, eu lhe asseguro, Deputado Silvio Costa, que, sob qualquer aspecto, ou conforme qualquer cálculo, aritmético ou não, cartesiano ou não, nós teremos aumento da arrecadação previdenciária.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Muito bom!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Posso fazer a contradita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa, para fazer a tréplica, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Só 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Só 1 minuto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Calma, Deputado Darcísio Perondi! Tu já atrapalhaste o Governo uma vez! Queres atrapalhar de novo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Deputado Silvio Costa, está contando o seu tempo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Calma, Deputado Perondi! Por favor! Assim não dá!



Sr. Presidente, eu quero usar 5 minutos. Eu vou usar 1 minuto para discutir um assunto sério como este?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Ele é o Relator, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, tudo bem. Eu vou deixar para o Plenário, porque está errado. O Governo vai perder, vai deixar de arrecadar algo em torno de 300 milhões por ano com isso, e eu vou provar no plenário. Ele está errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Passo à votação do parecer do Relator. *(Pausa.)*

Declaro encerrado o prazo para recebimento de destaques.

Foram recebidos 27 requerimentos de destaque. Posteriormente, foram retirados o Destaque nº 9 e o Destaque nº 19, ficando ao todo 25 destaques.

Solicito à Secretaria que distribua cópias dos destaques aos membros da Comissão, especialmente à Deputada Benedita da Silva.

Comunico que faremos a votação do parecer pelo processo nominal, de ofício.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Portanto, será garantida a orientação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Será garantida a orientação, que irei iniciar exatamente neste momento, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento, para o bom andamento dos nossos trabalhos aqui.

De ofício... Existe um requerimento da bancada do PCdoB de que todas as votações dos destaques sejam nominais. V.Exa. já informou que esta será nominal. E que todos os destaques terão votação nominal, certo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu estou perguntando ao Presidente. Há dois Presidentes aqui, Deputado Valdir Colatto? O Presidente está ali à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Exatamente. A fala de V.Exa. está correta. Todos os destaques serão votados nominalmente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado, Sr. Presidente.

Vai ter que votar de forma digital, Deputado Valdir Colatto! O povo vai saber como V.Exa. votou!



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente Daniel Vilela, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu quero usar o tempo de Liderança do PT.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Qual é o artigo, Sr. Deputado?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, V.Exa. anunciou o encerramento dos destaques, só que V.Exa. esqueceu que havia uma fila. A funcionária da Liderança do PMDB estava com os meus destaques e não conseguiu entregá-los! V.Exa. agora não permite que ela os entregue!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Deputada Laura Carneiro, nós estamos aqui desde o meio-dia com o prazo aberto para serem apresentados os destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas eu tinha que ouvir o Relator para saber o que eu iria destacar ou não. Foram apresentados alguns sobre assuntos que eu já sabia que ele ia tratar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Nós não podemos estender o prazo *ad eternum*.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estou pedindo a V.Exa. para estender nada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, é razoável aceitar os destaques da Deputada Laura Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Serão aceitos os destaques da Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Porque este processo está sendo atropelado o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Não vamos bagunçar o procedimento que foi estabelecido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - É razoável o pedido dela de protocolar os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Vamos ao encaminhamento das bancadas.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, peço a palavra para usar o tempo de Liderança, pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini, pela Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que mais uma vez nos espantamos muito com o relatório do Deputado Rogério Marinho.

Eu vou dividir o tempo com o Deputado Wadih Damous. Desculpe-me por não ter informado isso logo no início.

O relatório foi muito mais amplo do que o próprio projeto enviado a esta Casa pelo Governo.

O projeto do Governo tratava da famosa prevalência do negociado sobre o legislado. Evidentemente, havia um debate já acumulado na sociedade sobre isso, um debate que perpassou todas as centrais sindicais, perpassou todos os direitos trabalhistas, os operadores do Direito. Enfim, sabia-se claramente o que iria ser discutido aqui.

Aí o Relator apresenta um projeto completamente diferente daquele que analisamos inicialmente, com uma série de modificações.

Eu disse a ele, em plenário, que essa é uma tentativa de mudar completamente a legislação trabalhista brasileira, colocando-a em um patamar que não sabemos qual será. Não sabemos no que vai dar, no que vai resultar esse conjunto de mudanças, porque ele nunca foi discutido profundamente.

O Deputado Henrique Fontana luta há muito tempo nesta Casa por uma reforma política, e é difícil fazer uma reforma política, porque nós temos uma tradição de votar há mais de 50 anos da mesma forma. Quando dizemos, Deputado Henrique Fontana, que precisamos mudar — e a sociedade brasileira toda concorda com isso —, é difícil executarmos essas mudanças, porque vamos enfrentar decisões que são complexas.

Mais complexa ainda é a decisão em relação à legislação do trabalho, porque nós estamos falando concretamente da vida cotidiana das pessoas; nós estamos



falando de uma relação de empresas com trabalhadores; nós estamos falando da possibilidade de esses trabalhadores e seus sindicatos intercederem junto à Justiça para obterem decisões que serão definitivas sobre sua vida.

Portanto, nós não podemos tratar este projeto desta forma. Um Deputado disse aqui que “*vai chover na horta, vai surgir emprego, vai ser uma coisa maravilhosa*”. Ora, não há nenhuma justificativa teórica para essa conclusão desse Deputado do Governo — nenhuma justificativa teórica!

Na melhor das hipóteses, uma parte dos trabalhadores que trabalha sem carteira registrada hoje poderá vir a ser registrada de forma precária.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Está difícil, Presidente. O debate é complexo, mas nós precisamos aprofundá-lo um pouco.

Não existe nenhuma justificativa teórica para dizer que vai gerar mais emprego, absolutamente. Ao que nós vamos assistir é uma degradação do emprego.

Aí vem a segunda teoria: o trabalhador não está perdendo nada, nenhum direito.

Ora, é evidente que isso não é verdade! À medida que se precarizam as relações de trabalho, através do trabalho temporário, do trabalho intermitente, do teletrabalho, do trabalho terceirizado, tudo isso significa claramente uma redução dos direitos do trabalhador, porque o trabalhador, nessas condições, vai ter uma vida completamente diferente da que tem o trabalhador registrado.

Ora, o trabalhador que está registrado conforme a legislação, a CLT, tem condições de evoluir na empresa. O trabalhador não registrado não tem condição nenhuma.

O meu tempo estava errado, Sr. Presidente, porque eu falei por 3 minutos, e o tempo está se encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - V.Exa. não solicitou a divisão do tempo com o Deputado Wadih Damous?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Ah! sim. Desculpe-me.

Então, para concluir, Sr. Presidente, eu queira dizer que nós não temos condições de votar este projeto. E quando digo “nós”, refiro-me à Câmara dos



Deputados. Essa vai ser a maior aventura da história do Brasil! Vai aumentar os conflitos! Nós vamos ter uma verdadeira guerra neste País! Não façam isso, eu queria solicitar a V.Exas. da base do Governo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Wadih Damous.

O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente quero agradecer a gentileza do Líder Carlos Zarattini por dividir o tempo comigo.

Eu ouvi atentamente, sobretudo, as justificativas do Sr. Relator, que neste momento está ausente, e lembro-me de S.Exa. ter dito, aliás, em referência a uma fala do Líder Carlos Zarattini no plenário, na semana passada, que estava mudando o Brasil — assumiu isso orgulhosamente.

E é verdade, Sr. Presidente, S.Exa. está mudando o Brasil, mas mudando para pior, mudando para a barbárie, mudando para a selvageria nas relações de trabalho. E isso não pode ser motivo de orgulho. Isso deve ser motivo de lamentação.

Com relação a esse substitutivo eu comentava com o Líder Carlos Zarattini, Sr. Presidente, e eu quase propus a S.Exa. que apoiássemos o projeto original, que adotássemos o projeto original. Esse substitutivo é tão ruim, piora tanto o projeto original que eu quase cedo à tentação de defender o projeto original, que consegue ser menos pior do que esse substitutivo.

Esse substitutivo demole os fundamentos, os princípios do direito do trabalho no Brasil, sobretudo o princípio protetivo ao hipossuficiente, aquele que nas relações de trabalho é a força economicamente mais frágil.

E esse substituto anota, Deputado Henrique Fontana, um princípio que nenhuma outra legislação trabalhista no mundo prevê: o princípio protetivo do empregador, o princípio protetivo do capitalista. Nesse substitutivo, o empregador é tratado de forma privilegiada. Nós assistimos a isso. O preconceito com a Justiça do Trabalho, com a advocacia do trabalho e com o Ministério Público do Trabalho foi uma constante na defesa do projeto e do substitutivo dos Deputados da base governista.



Eu não vi nenhum dado ou estudo que comprovasse essa história de que esse projeto ou esse substitutivo vão criar mais emprego. Na verdade, o que vai haver é a substituição do padrão de contratação. A contratação normal, ordinária, com jornada de trabalho de 8 horas, com emprego protegido, vai ser substituída pelo trabalho intermitente, pelo contrato de trabalho a tempo parcial, pelo contrato de trabalho temporário, por terceirização irrestrita e selvagem.

Com todo o respeito a V.Exa., Sr. Relator, esse substitutivo não pode merecer aplausos, Deputado Rogério Marinho. Esse substitutivo leva a classe trabalhadora ao século XIX. Esse substitutivo retira direitos, sim — retira-os de cabo a rabo.

Além disso, o substitutivo tem uma inconstitucionalidade que o perpassa permanentemente. Eu não consigo conceber que, se uma lei prevê um direito aos trabalhadores num patamar superior, um acordo coletivo, que é norma de hierarquia inferior, possa rebaixar esse direito. Não vejo como, juridicamente, por haver um confronto com a Constituição, isso possa acontecer. Isso será questionado na Justiça do Trabalho e no Supremo Tribunal Federal. Isso é um absurdo!

Sr. Relator, Sr. Presidente, eu ouvi aqui alguns Deputados dizerem que estão sentindo falta da sua cara em *outdoors*. Não se preocupem, porque terão sua cara lá!

No dia 28 de abril, a greve geral que está sendo convocada pelas centrais sindicais e pelos movimentos sociais dará uma resposta a esse substitutivo, Deputado Rogério Marinho. A classe trabalhadora brasileira vai dizer a V.Exa...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Passa-se à orientação de bancadas.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, V.Exa. poderia agregar o tempo de Líder? Vou dividi-lo com o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Sim.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu não vou usar todo o tempo para o encaminhamento, mas quero dizer que esse projeto é bom, sim, para o Brasil.



Parabéns, Deputado Rogério Marinho! V.Exa. está fazendo um trabalho hercúleo, e o Brasil vai reconhecer isso.

Eu não tenho preocupação com *outdoor* nem com o pessoal que vai à minha casa no dia da Páscoa para fazer confusão. Nós enfrentamos isso porque estamos trabalhando para o Brasil, assim como V.Exa. está fazendo, com certeza.

Sr. Presidente, nós apenas estamos dando a 13 milhões de brasileiros condições de que tenham outro tipo de trabalho que a CLT não permite. Temos que falar aqui daquele que gera o emprego, daquele que oferece o trabalho. Não se está falando disso. O empreendedor é que dá o emprego, o trabalho. Sem o empreendedor, as pessoas não têm como trabalhar.

Estamos reclamando de que há 13 milhões de desempregados, mas não falamos naqueles que empregam: os empreendedores, os empregadores, aqueles que colocam em risco o seu patrimônio para comandar uma empresa.

Nós estamos criando o trabalho informal, que a mulher gestante, a mulher que pode trabalhar nesse processo...

Também regulamentamos o trabalho intermitente, que não tem hoje nenhum direito trabalhista nem previdenciário; o trabalho em tempo parcial, de modo que as pessoas possam trabalhar 30 horas semanais; o regime de 12 horas por 36 horas. Estamos tratando da negociação, estabelecendo a prevalência do negociado sobre o legislado. Ora, isso não é avanço na legislação trabalhista? Isso já é feito no mundo inteiro! As pessoas têm que se informar sobre como é feito lá fora e está dando certo!

Esteve aqui na Comissão — nós sabemos disso — o Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, e ele garantiu que, aprovada a lei, serão gerados 2 milhões de empregos em 1 ano, principalmente para jovens que não têm acesso a emprego, para trabalhar como garçons, fazendo sua agenda para ir para escola etc.

Então, Presidente, é, sim, um bom projeto. Nós somos pela sua aprovação, com certeza, com louvores para o nosso Relator e para a Presidência, para a equipe que fez esse trabalho e para todos aqueles que acreditam no Brasil, que acreditam que o Brasil tem que mudar. Esse projeto será o grande passo nesse sentido.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS - O PT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Sr. Presidente, o PSDB vota “sim” e quer agradecer mais uma vez. O Brasil agradece a coragem e a dedicação dessas pessoas que estão tendo a responsabilidade de melhorar o País.

É muito importante as pessoas saberem que isso vai contribuir, sim, para que aqueles que hoje estão desempregados possam ter emprego.

É lógico que nós não vamos receber nenhum apoio de sindicatos, porque eles vão perder o imposto sindical obrigatório. Mas, por outro lado, nós estamos valorizando os sindicatos, respeitando a decisão que eles vão tomar junto com as empresas e os trabalhadores que eles representam para encontrar o melhor caminho.

Então, nós estamos, sim, buscando a harmonia, buscando o respeito às decisões locais e, mais do que isso, reduzindo o número de conflitos, melhorando a confiança que o mercado precisa ter...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - O PSDB vota “sim”, então.

Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - O Partido Progressista entende que essa reforma vai melhorar o relacionamento entre trabalhadores e empregadores.

Portanto, votamos com o Relator. Votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PR?

A SRA. DEPUTADA MAGDA MOFATTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, parabéns pelo magnífico trabalho aqui realizado, que realmente merece cumprimentos pelo brilhante resultado.

O PR vota “sim” porque acredita, tem convicção de que essa lei vai gerar empregos, vai dar garantia jurídica aos empregados e empregadores e vai colaborar para acabar com a crise econômica que o País atravessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*



Como vota o Democratas?

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, o Democratas vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PRB?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, eles têm dito com frequência que o trabalhador não vai perder direitos. Entretanto, o art. 611-A diz que o acordado vai prevalecer sobre o legislado, e aí está realmente a grande perda de direitos do trabalhador.

Por essa razão, o PDT não pode concordar, e votaremos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PTB?

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Presto minhas homenagens ao Relator e a toda sua equipe pelo belo trabalho apresentado.

O PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o Solidariedade?

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, cumprimentando V.Exa., o Relator e toda a equipe pela grandeza que este projeto oferece ao Brasil, o Solidariedade vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PTN?

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sr. Presidente, o PTN vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PCdoB?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - O PCdoB vota “não”, porque é contra essa reforma trabalhista.

O projeto de Michel Temer era ruim; o relatório do Deputado Rogério Marinho é pior ainda.

Neste momento, a CLT sofre o maior ataque da sua história, e a Câmara dos Deputados mostra que tem vocação para suicídio. Quando, diante de um ambiente de desemprego, em que 13 milhões de brasileiros vivem a amargura do desemprego — se somarmos a informalidade e o trabalho precário, são mais de 20 milhões de brasileiros —, ainda assim a Câmara dos Deputados aprova essa proposta, ela



mostra que tem vocação para o suicídio, porque o ataque que se faz aos trabalhadores terá uma resposta do povo.

O PCdoB é contra o cinismo daqueles que dizem que mudar a CLT vai gerar empregos.

Por isso, em defesa dos trabalhadores, contra a reforma trabalhista, o PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PSC?

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - O PSC vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PPS?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu acho que nós precisamos quebrar alguns mitos neste debate, a jusante e a montante.

Nós precisamos modernizar as relações entre capital e trabalho. A bancada do PPS está convencida disso. As plataformas de emprego e as relações entre capital e trabalho mudaram no mundo inteiro com a revolução científico-tecnológica. No Brasil, houve modernização em vários aspectos. Portanto, isso justifica ajustes na legislação.

No entanto, nós precisamos compreender que o Brasil é um país profundamente desigual. Ainda existe trabalho análogo ao escravo e existe o ABC em São Paulo, com relações extremamente modernas. São realidades distintas. Há 2 anos apenas, nós conseguimos reconhecer a atividade laboral das empregadas domésticas no Brasil. São contradições que precisam estar abrigadas no relatório.

São apresentados 25 destaques. Em homenagem à disponibilidade do Relator, inclusive nesta reunião de hoje, de abrigar uma série de avanços, nós vamos votar “sim”, sem prejuízo dos destaques e sem comprometimento de mérito no plenário.

Nós queremos observar o texto final do relatório, em função, inclusive, dos destaques que a bancada do PPS apresentou, num total de 34, dos quais apenas 5 foram abrigados. Portanto, eu queria fazer esta ressalva.

Não é verdade também que esta reforma necessariamente produzirá mais empregos. Eu acho que em alguns segmentos que estão sendo regulamentados, como o teletrabalho, isso é possível, e em outros talvez nem tanto, até porque nós já tivemos índices menores de desemprego no País em outros momentos históricos, e



o regramento era antigo. Portanto, não há uma relação direta, necessária, associada, entre uma coisa e outra. Isso é mito.

Portanto, nós vamos votar “sim”, com essas ressalvas dos destaques e sem compromisso em relação ao mérito quando da votação no Plenário.

Essa é a posição do PPS.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sr. Presidente, o PSD vota “sim”.

Abra o painel, por favor, para que nós possamos iniciar a votação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, não! Espere aí! O que é isso?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Isso ocorrerá só após o encaminhamento. Eu já havia chamado o PSD para orientar a bancada, e V.Exa. não estava presente. Portanto, que se registre o voto “sim” do PSD.

Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O PSOL, em primeiro lugar, registra que povos indígenas do Acampamento Terra Livre, aqui na Esplanada dos Ministérios, foram recebidos a bomba e *spray* de pimenta, quando tentaram simplesmente chegar aqui no gramado, em frente à Casa do Povo, as duas Casas do Congresso Nacional.

Por falar em direitos agredidos, nós entendemos que este projeto fundamentalmente atende, sim, a interesses empresariais, de certos setores empresariais muito fortes, quem sabe financiadores de muitas campanhas dos seus entusiastas defensores aqui na Câmara, mas precariza, retira, ofende direitos de trabalhadores.

Modernizar não significa fazer uma viagem ao passado. Modernizar significa praticar justiça social.

Lembro que, na França, a forte resistência contra a reformulação de leis trabalhistas gerou muitos problemas, inclusive a ascensão de forças contestatórias agora, nessa eleição.

O nosso voto contra essa ofensa é claramente “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - O PROS vota “sim”.



O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, o PSL, presente nesta Comissão através do Deputado Alfredo Kaefer, quer registrar a orientação e a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Será registrada, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Aproveito para já cumprimentar o Presidente e o Relator e dizer que as nossas 17 emendas foram, em parte, integral e parcialmente, atendidas pelo Relator.

E quero registrar, Srs. Deputados, que esta importante reforma que nós estamos fazendo aqui na Câmara será um marco divisor da relação entre empregado e empregador trabalhista no Brasil.

Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - O PSL vota “sim”.

Como vota o PEN?

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Sr. Presidente, o Partido Ecológico Nacional, pequeno e também novo partido no Brasil, não vai votar para rasgar a CLT brasileira e muito menos para promover o retrocesso social dos trabalhadores.

Por isso, o PEN vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - O PEN vota “não”.

Como vota o PRP? (*Pausa.*)

Como vota o Governo?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Faço duas observações bem rápidas.

Primeira: que bom que o Executivo manda um projeto, e esta Casa pode trabalhar numa Comissão Especial, pode discutir com a sociedade, ouvir toda a sociedade e melhorar o projeto. Isso deve ser comemorado. Viva um Parlamento que pode revisar um projeto enviado pelo Executivo! E isso não acontecia antes.

Segunda: este projeto tem uma virtude extraordinária: a entrada no sistema negocial é voluntária. Será que todos os Deputados perceberam? É voluntária! Entra no sistema quem enxergar ali claras vantagens para sua vida e seus negócios. E é por isso que já existem acordos coletivos pelo Brasil afora, aos milhares! Só que eles não têm base legal. E, para os que pensam em contrário, basta não



concordarem com a ação de seu sindicato laboral ou empresarial e, com isso, permanecer sob as regras da CLT.

Então, isso será voluntário e fará bem ao Brasil.

Viva esta Casa, que está mudando as condições para melhorar a economia e gerar mais empregos! Viva este Parlamento! E a população vai ser perceber isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu acho que o Brasil está assistindo ao nosso trabalho e percebe cada vez mais como este Parlamento tem uma maioria que não fecha com a maioria da sociedade brasileira.

Este Parlamento está de costas para o Brasil. Noventa por cento do povo brasileiro já entendeu o significado desse relatório e, por isso, é contra a votação de algo que vai mexer estruturalmente na CLT.

Agora, por que existe aqui uma maioria que quer aprovar essa alteração? Porque aqui está em curso, Deputado Wadih, uma verdadeira cruzada contra o mundo do trabalho. Parece que o trabalhador é o culpado do desemprego! Parece que o trabalhador tem que ganhar menos, para gerar emprego!

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - É o PT mesmo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Parece que o trabalhador é o lado forte na relação entre o capital e o trabalho, Presidente!

Eu concluo dizendo o seguinte: quem tem uma visão moderna de capitalismo deveria defender condições de trabalho mais adequadas; não deveria defender a precarização do mundo do trabalho, que vai diminuir salários e aumentar o desemprego.

Aqui, minha última frase: se a CLT fosse a causa do desemprego, nós não teríamos chegado ao melhor nível de emprego da história do Brasil no fim de 2014, com a CLT absolutamente em vigor. E ela não atrapalhou a geração de qualquer emprego. O que gera emprego é política econômica correta, e não superexploração do trabalhador e precarização das condições de trabalho.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - A Venezuela que o diga...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota a Rede?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, é muito importante que todo mundo que acompanha esta votação entenda que hoje já é permitido o



negociado prevalecer sobre o legislado, desde que seja benéfico ao trabalhador. O que a lei vai mudar, se aprovado o substitutivo do Relator, é que a partir de agora o negociado poderá retirar direitos garantidos pela lei. É simples assim! Portanto, quem diz que essa mudança vai beneficiar o trabalhador não está falando a verdade, infelizmente.

E aí, Presidente, por que enganar as pessoas? Cada um tem a sua posição.

A Rede vota contra essa proposta de reforma trabalhista, que retira direitos e prejudica sobretudo os mais pobres. É um ataque aos direitos trabalhistas.

Votamos “não”, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Como vota o PTdoB?
(Pausa.)

Como vota o PMB? (Pausa.)

Em votação o parecer do Relator, com a complementação de voto que contém as modificações por ele apresentadas.

Está aberta a votação. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É bom que todos acompanhem.

O PSOL reitera o voto “não”.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “sim” e convoca a base do Governo a votar “sim”.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, eu chamo a atenção da Deputada Laura Carneiro e do Deputado Arnaldo Jordy sobre a negociação que fizemos quando eu estava proferindo o voto.

O art. 3º, §2º, conforme o combinado, ficou com o seguinte teor:

Art. 3º.....

.....
§2º O negócio jurídico entre pessoas físicas ou jurídicas da mesma cadeia produtiva, ainda que em regime de exclusividade, não caracteriza o vínculo empregatício da pessoa física ou jurídica contratada com a pessoa física ou jurídica contratante, respondendo esta subsidiariamente pelos débitos e multas trabalhistas daquela.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Art. 223-A...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, um esclarecimento: “subsidiariamente”, e não “solidariamente”?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - “Subsidiariamente”.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - “Subsidiariamente”.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas a gente pede “solidariamente”.

Não é possível acolher?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Não, o acordo que fiz foi para ser “subsidiariamente”.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o acordo vem em prejuízo dos trabalhadores, de novo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é não, Chico; ao contrário...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É. “Solidariamente” é muito melhor do que “subsidiariamente”. É óbvio! Basta entender o que a palavra significa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é sob o ponto de vista jurídico, Chico.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - O art. 223-A ficou assim:

Art. 223-A Aplicam-se à reparação da danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste Título.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - “Apenas” em vez de “exclusivamente”.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Retiramos o “exclusivamente”.

E, no art. 223-C, ao texto que se refere à honra, à imagem, à intimidade, à liberdade de ação incluímos o seguinte: “*a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer são bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física*”.

Foram as alterações combinadas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O assédio sexual entra na sexualidade, e o assédio moral, em autoestima.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, quero trocar a orientação do solidariedade para “não”, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Enquanto ocorre a votação, vou conceder a palavra, para breves comunicações, a alguns Parlamentares que a solicitaram na votação nominal anterior. Vou iniciar pelo Deputado Mauro Pereira. Posteriormente, falarão os Deputado Silas Câmara, Elizeu Dionizio, Arnaldo Jordy, Laura Carneiro, Alfredo Kaefer e Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Presidente, peço a V.Exa. que troque a orientação do Solidariedade para “liberado”, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Estou solicitando à Secretaria que confira quem é o Líder. Mas V.Exa. é Líder e tem autoridade para pedir a mudança da orientação do Solidariedade para “não”. Correto?

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - É para liberar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - O Solidariedade libera.

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de responder, pois fui citado pelo Deputado Federal do PCdoB, de Caxias do Sul. Sou um Deputado que procura tratar, na minha cidade, todo mundo com muito respeito, que caminha nas ruas conversando com pessoas de todas as organizações e que dá satisfação à imprensa. Inclusive, o meu número de celular é o mesmo há 21 anos, porque trato tudo com muita transparência. E quero dizer que, em Caxias do Sul, minha cidade, e região, infelizmente estamos tendo esse tipo de relacionamento.

Quero agradecer o que o Deputado Paulão disse aqui de que não pode haver agressão. Mas todo mundo viu aqui a maneira com que o Deputado de Caxias do Sul falou, gritando. É isso o que está acontecendo em Caxias do Sul. Por isso é que está havendo agressão na rua. O ex-Presidente da Casa, Eduardo Cunha, foi cassado — e eu votei pela cassação dele —, pois disse uma mentira. E o Deputado Federal, que se pronunciou antes, disse que eu levei cesta básica para Curitiba. Mas esta é uma Casa em que se tem que ter respeito. É muito importante que o Deputado que me antecedeu, o Deputado Assis Melo, prove que eu levei cesta básica para Curitiba. Ele precisa provar isso! Ele precisa provar.

É isto que estão fazendo em Caxias do Sul: mentindo. A votação está iniciando agora; depois vai haver votação no plenário. Mas eles já estão...



(O microfone é desligado automaticamente.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Para concluir, Deputado Mauro Pereira.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - É isto que está acontecendo na minha cidade: *outdoors* dizendo que já votamos contra. Mas nós estamos votando neste exato momento uma das matérias, e teremos no plenário mais de dez votações.

Então, espero que V.Exa., como Presidente dessa Mesa, passe isso a limpo. Essa história de que foi levada cesta básica... Quem era amigo do Eduardo Cunha era a turma do Lula. O Lula era muito amigo dele, que foi apoiado. Eu nunca votei no PT, nunca votei no Lula e nunca dei moral para essa gente!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Na verdade, todos do esquema de corrupção no Brasil sabem muito bem quem era o chefe disso tudo aí.

Então, exijo que o Deputado Assis Melo prove o que disse, porque isso aqui não é brincadeira. Ele gosta muito de mentir lá em Caxias. Aqui ele não vai mentir, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Depois, vou conceder a palavra a V.Exa., porque foi citado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu tenho só uma dúvida. É só uma pergunta sobre procedimento. Só um minutinho, Deputado Assis. Prometo ser rápido. Falarei rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Tem V.Exa. a palavra, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, o Relator foi fazendo uma série de modificações orais e aceitando ponderações. Indago a V.Exa. o seguinte: quando é que nós teremos consolidado o texto que está sendo votado agora? Porque nós estamos votando um texto que não está publicado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Já está concluído. E vou pedir que seja encaminhado a V.Exa. o texto final.

Com a palavra o Deputado Assis Melo.



O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - Deputado, quero só esclarecer. Não falei que o Deputado Mauro levou cesta básica para Curitiba. O que o Deputado Mauro fez foi pegar uma cesta de produtos coloniais de Caxias do Sul e trazê-la de presente para o Deputado Eduardo Cunha, ainda então Presidente da Casa. Ele fez isso, e há até fotos nos jornais de Caxias. Então, não é mentira.

Nós somos de uma terra, Deputado Mauro, em que se usa bigode para honrar. Se o senhor não usa bigode para honrar, é melhor tirar esse bigode e parar de dizer mentira aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Elizeu Dionizio.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, não é melhor suspender a votação enquanto o Relator conclui o relatório?

(Manifestação no plenário: Não!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Desculpe-me, Deputado Elizeu.

Com a palavra o Deputado Silas Câmara e, posteriormente, o Deputado Elizeu Dionizio.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, porque não tem... Está concluído.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, finalmente estamos votando e, logo mais, a votação será encerrada. Tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, de que, diante de tanta boa vontade, de tanto voluntarismo do nosso Relator e de V.Exa. neste debate, quase uma conversa novamente do Relator com cada um dos Deputados, até os Deputados que tinham dúvida se votariam ou não devem estar com vontade de votar a favor dessa matéria.

Quero dizer ainda que voto a favor dessa matéria e o faço de cabeça erguida. Voto com a certeza de que o Brasil será melhor depois da votação no plenário. Todos sabem que nós — e refiro-me a todos os Deputados Federais, homens e mulheres — temos feito um trabalho para melhorar a vida dos brasileiros. Todos queremos melhorar a vida das pessoas.

E isso está muito claro, Sr. Presidente, até pela forma franca, aberta, com que o Relator, o Deputado Rogério Marinho, tratou a matéria. E V.Exa., Deputado Daniel



Vilela, como Presidente, deu oportunidade a todos, pois esta matéria vai a plenário viabilizada para uma votação, onde ou o debate se repete ou não há debate, dada a quantidade de espaço que cada um teve aqui para trazer dúvidas e questões para serem resolvidas.

Portanto, parablenizo V.Exa., como Presidente; o Deputado Rogério, como Relator, e esta Comissão, por chegar hoje ao final do debate e à aprovação deste relatório, inclusive com o meu voto e do PRB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Registre-se o encaminhamento da bancada do PMB: "não".

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, peço a palavra só para fazer uma questão sobre o encaminhamento.

Antes da votação, nós vamos seguir na votação dos destaques em seguida, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu queria que V.Exa. ponderasse com o Relator no sentido de que, assim que esses destaques estivessem consolidados, tivéssemos acesso a eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Eu já determinei que a Secretaria os encaminhasse aos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - São 25. V.Exa. anunciou 25 destaques, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Dos trinta e poucos, sobraram vinte e cinco. Gostaríamos de saber quais são esses 25 destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Determinarei que sejam encaminhados o mais rápido possível, Deputado Jordy.

Com a palavra o Deputado Evandro Gussi, Líder do PV.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, deixei a Liderança do Partido Verde há 1 semana, mas confortavelmente sob a Liderança da Deputada Leandre. Quero só fazer o encaminhamento aqui do Partido Verde.



Mais uma vez quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos desta Comissão até aqui, pois, em um tema com as naturais esperadas divergências, V.Exa. se comportou com grande lhanza, com grande dignidade, conduzindo-nos com tamanha eficiência e cordialidade. Parabenizo o nosso Relator pelas madrugadas, dias e noites que passou se debruçando sobre esse assunto, acolhendo um número enorme de emendas. O Parlamento, de fato, foi ouvido. E mais do que isso: foi ouvida a sociedade brasileira.

Sem dúvida, estaremos entregando ao Plenário e, em seguida, à sociedade brasileira um projeto de lei que valorizará o trabalho, a liberdade das pessoas, reconhecendo que os brasileiros e os trabalhadores brasileiros são maiores, maduros e conscientes daquilo que podem e querem fazer da sua vida trabalhista. Isso é o mais importante. Esse é o grande valor.

Nós estaremos simplificando a legislação; nós estaremos garantindo a segurança das relações trabalhistas e a dinamização do processo de trabalho.

Por isso o PV, com toda convicção, sabendo que isso será bom para os trabalhadores e para a economia do Brasil, encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Elizeu Dionizio, já pedindo desculpas a S.Exa, que a solicitou há muito tempo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - Sem problema, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Presidente Daniel Vilela e o Relator, Deputado Rogério Marinho. Desde quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Apesar de momentos muitas vezes tensos, V.Exa. soube conduzir essa pauta de grande importância para a população brasileira.

Quero parabenizar também o nosso Relator, que exaustivamente ouviu a todos, debateu com vários segmentos da nossa sociedade essa matéria que vem hoje modernizar uma legislação ultrapassada, dos idos de 40.

É notório que algumas classes estão perdendo. Mas a classe que está perdendo não é a classe trabalhadora, é quem pseudorrepresenta esses trabalhadores, que são os sindicatos.

Quero aqui externar minha indignação com o fato de terem ido à frente da casa de V.Exa. Da mesma forma que fizeram com o Mauro, também me agredir no Aeroporto Internacional de Campo Grande. Registrei um boletim de ocorrência, e o



inquérito está rodando. Esses que não representam os trabalhadores tentaram inclusive negociar com V.Exa., Deputado Rogério Marinho. Eles disseram que, se V.Exa. mantivesse o imposto sindical, não fariam resistência a esse texto. Um fato é claro: o texto não é ruim para o trabalhador, mas é ruim para os sindicatos.

Hoje nós vamos separar quem está contra o avanço do Brasil, quem está contra o emprego do trabalhador e quem quer plantar o caos, o “quanto pior, melhor”. Esses que estão hoje falando contra a modernização da legislação dos trabalhadores — falo pelo meu Estado Mato Grosso do Sul —, 100% deles estão denunciados nas listas da Odebrecht, da Operação Lava-Jato. Esses estão querendo confundir o trabalhador. E foi um problema que eles criaram, roubando o povo brasileiro, problema que estamos querendo resolver. Eles estão dizendo que vamos votar algo que usurpa o direito do trabalhador, o que não é verdade. Nós estamos modernizando a legislação, para que o trabalhador possa ter o seu bem maior, que é o trabalho.

Parabéns a todos! E nós vamos votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Helder Salomão.

O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO - Sr. Presidente, na verdade quero manifestar minha indignação aqui hoje. Participei praticamente de todas as audiências públicas feitas aqui. Muitos dos membros da base do Governo que estão aqui hoje não compareceram a nenhuma audiência pública, mas vieram votar pelo encerramento da discussão, para que não houvesse debate. Os mesmos que não participaram das audiências públicas vieram votar pelo encerramento da discussão. Este é o Governo que não tem compromisso com os trabalhadores, que representa o grande retrocesso que nós estamos vivendo hoje.

Eu quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para lembrar mais uma vez o estudo feito em 87 países pela Organização Internacional do Trabalho — OIT: ficou comprovado que em nenhum país que flexibilizou as leis trabalhistas houve aumento de emprego. É uma falácia, pois não há aumento de emprego.

Na verdade, se os trabalhadores brasileiros soubessem, em detalhes, o que está sendo votado aqui hoje, a greve do dia 28 seria por tempo indeterminado.



Meu protesto àqueles que não querem o debate, mas querem tirar direitos do povo trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro eu queria agradecer ao Relator a paciência que teve comigo. Eu sei que não sou fácil de aturar. É claro que V.Exa. não acatou todas as minhas emendas; por isso eu destaquei algumas delas. Daqui a pouco eu vou falar um pouquinho sobre isso, mas queria agradecer a V.Exa. a paciência.

Eu queria dizer que o Presidente Daniel Vilela, afora um pedacinho hoje, durante todo o período foi absolutamente democrático — não minto, meu defeito é só esse —, o que foi importante para a construção deste projeto.

Eu queria agradecer a Desembargadora Vólia Bomfim Cassar, que esteve aqui conosco. Eu, a Deputada Benedita da Silva, o Deputado Wadih Damous e o Deputado Bebeto pedimos auxílio a ela, que faz um trabalho exemplar como maior jurista na área de Direito do Trabalho em nosso Estado.

Sr. Presidente, eu queria voltar a fazer meus apelos. Votei favoravelmente à matéria — e nem sei se meu voto vai contar, porque sou suplente —, entendendo que existiram avanços, sim. Alguns avanços não foram citados, e eu queria citá-los.

Na verdade, depois de tantos anos de promulgação da Constituição, foi feita a regulamentação do art. 11, que fala do representante da empresa. Isso nunca existiu. Agora também se reconhece o grupo econômico. É verdade que nós alteramos a redação, mas está reconhecido o grupo econômico. Não existia na legislação nada que falasse sobre a sucessão das empresas, resguardando o trabalhador. E mais: a reforma acaba com a homologação, o que diminui a burocratização para o trabalhador. Isso não é para o empresário, é para o trabalhador. Beneficia-se o trabalhador quando se fala na questão das órteses e das próteses como uma forma de incentivo. Ou vocês acham que se isso fosse valor...

(O microfone é desligado automaticamente.)

V.Exa. está apertando o botão de prioridade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Não fui eu, Deputada Laura. Foi o tempo que se esgotou. Foi o cronômetro.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi o tempo. Que bom que não foi V.Exa. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso é um caso de amor não resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Muito amor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Muito amor, carinho. Só que ele podia ser meu filho, Deputado Chico.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A Primeira-Dama Francesa... *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O grande amor da gente são os filhos.

Nenhum empresário vai dar órtese e prótese, se for fixado o mesmo salário. Então, é um avanço. Em relação ao PDV — Plano de Demissão Voluntária, nunca houve uma regulamentação. V.Exa. garantiu ao trabalhador do PDV o fundo, o FGTS, o 13º salário. Por outro lado, V.Exa. fixou prazos, fixou dias que auxiliam o advogado e até mesmo fixou honorários. Eu até tenho a minha discordância, porque acho que no Código Civil ficaria melhor. Mas, de qualquer jeito, V.Exa. fixou honorários de sucumbência para o advogado trabalhista. De alguma maneira, V.Exa. moderniza a legislação.

Eu vou apelar apenas para dois temas. São cinco destaques — aliás, um foi errado, em razão de tanta pressão que eu recebi: em vez de Emenda nº 66, era Emenda nº 65, mas já perdi.

Mas não posso deixar de falar do trabalho intermitente. Se o conceito dessa reforma é exatamente a segurança, se o conceito dessa reforma é mantermos as regras de direito, não faz nenhum sentido o trabalho intermitente da maneira como está colocado. Eu chamei isso de “Emenda McDonald’s”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu vou concluir.

A “Emenda Mcdonald’s”, no fundo, causa para o trabalhador uma insegurança enorme. Como V.Exa. cria a multa, aquele trabalhador que não for trabalhar ainda vai pagar multa. É o fim do mundo! Eu peço a V.Exa. que, até amanhã — tenho certeza de que ainda teremos tempo no Plenário —, repense a “Emenda Mcdonald’s”, que é ruim para o trabalhador.



De alguma maneira, V.Exa. tentou auxiliar a questão do teletrabalho, mas, no meu entendimento, cometeu um equívoco. Quando coloca o teletrabalho no art. 62, V.Exa. tira desse trabalhador as horas extras, o intervalo, o intervalo entre jornadas, o adicional noturno. Essas pessoas são controladas pela *webcam*, são controladas pelo número de digitação que fazem. Então, não é verdade que o teletrabalhador não é controlado pelo empregador. Ele pode ser controlado, sim.

Esses são os dois temas em relação aos quais eu ainda vou chateá-lo, nobre Relator, para que avancemos numa reforma importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Está encerrada a votação.
(Pausa.)

Está aprovado o parecer do Relator, ressalvados os destaques.

(*Manifestação no plenário: Viva o Brasil! Palmas.*)

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, aumentou o placar, ou seja, valeu a pena a paciência do Relator e de V.Exa.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, vamos à apreciação dos destaques, mas com uma limitação do bom processo legislativo. A rigor, ninguém dos membros aqui da Comissão sabe exatamente como ficou o projeto, porque o Relator, até com boa vontade, acolheu algumas modificações, mas a clareza de como está esse projeto — que o coloque aqui na telinha, não estamos exigindo que se imprima e se gaste papel — é elementar. No mínimo, é necessário a gente conhecer como ele ficou.

Queria também fazer três observações muito breves. É uma falácia dizer que a CLT é algo imutável, septuagenário, arcaico. Ela sofreu, dos seus 922 artigos originais, modificações em nada menos do que em 733 artigos, sendo que 23 da Constituição para cá, para flexibilizar os direitos trabalhistas.

Mas, falam assim: “*Ah! Bom, é uma legislação inspirada no fascismo*”. Outra ignorância histórica. E digo isso porque, na verdade, desde 1919, existia na Câmara dos Deputados, sediada no Rio à época, a Comissão de Legislação Social e não é por acaso que a chamaram de “Consolidação”, ou seja, consolidação de leis



pretéritas. Foi um baita avanço e continua sendo para garantir aquele patamar mínimo de dignidade do trabalhador.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu preciso de informação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, autonomia e independência sindical. É claro que a gente quer sindicatos e centrais sindicais autônomas, que vivam inclusive da adesão voluntária dos seus trabalhadores e dos seus filiados. Agora, propor simplesmente o corte do imposto sindical a que nos opusemos sempre historicamente sem uma reforma da estrutura sindical e sem sequer uma pequena regra de transição é para destruir mesmo os sindicatos. Aliás, essa é a pretensão maior dessa lei.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Ao começar a Ordem do Dia V.Exa. vai continuar a votação dos destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Ainda não começou a Ordem do Dia. Assim que começar, iremos ter prejuízo na votação.

Eu iria informar que existe um requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques, proposta de iniciativa de V.Exa., Deputado Valdir Colatto, porém a Consultoria da Casa nos informa que ainda precisa de alguns minutos para concluir o parecer em relação aos destaques.

Nós temos a possibilidade de iniciar a Ordem do Dia e, conseqüentemente, suspender os trabalhos da Comissão. Eu gostaria de ouvir de V.Exas. qual seria o melhor procedimento, porque nós temos que aguardar esse parecer para votar os destaques. Portanto, poderíamos suspender a Comissão e só poderíamos voltar a deliberar após o fim da Ordem do Dia no plenário, se isso ocorrer, e no momento em que tiver sido apresentado pela Consultoria da Casa o parecer sobre os destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. poderia — não sei se regimentalmente pode, mas num acordo entre todos os partidos seria possível — adiantar e propor a discussão dos destaques independente do parecer da assessoria. Se eventualmente algum fosse negado, esqueceríamos a discussão. Mas, de qualquer jeito, as pessoas poderiam colocar suas posições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra Deputado Assis Melo.

O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - Só para ponderar aqui: no caso de suspendermos os trabalhos, como é que ficam os destaques? Ficam prejudicados e vão ao Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Não, estarão prejudicados. Aí V.Exas., através das bancadas, poderão apresentar novos destaques no Plenário.

O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - No Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Exatamente.

Deputada Laura, nós não podemos discutir porque não cabe discussão para destaques. Portanto, fica desnecessária essa colocação de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Melhor do que ficar simplesmente suspensão a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Não, estaremos aqui fazendo breves comunicações ou longas comunicações, mas não discutindo destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, está bom. V.Exa. me inscreva para breves comunicações, durante esse período, para eu discutir o meu destaque.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra Deputada Benedita.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, nós sabemos que a Ordem do Dia não começou. E nós também sabemos que, quando se começa a Ordem da Dia, é evidente que as Comissões param, mas não no caso desta Comissão Especial. Sabe por que digo isso, Sr. Presidente? Porque esta Comissão está funcionando sob um entendimento. Se é sob entendimento, nós não podemos



usar de uma manobra e suspender a sessão, embora seja legítimo. Mas o fato é que vamos suspender a sessão e vamos tornar prejudicadas as emendas. E as emendas, então, irão para o Plenário — e nós vamos disputá-las no Plenário.

Eu acho que temos que fazer uma ponderação: enquanto não se abre a Ordem do Dia, nós poderíamos — V.Exa. ainda não passou a lista das emendas, pelo menos eu ainda não tenho as tenho aqui — dar início à discussão das emendas até que a Ordem do Dia comece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Claro.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Mas, enquanto isso, Sr. Presidente, nós não precisamos suspender esta sessão. Até porque quem quer votar vota, quem não quer votar não vota. Mas estamos com um entendimento de que as votações seriam nominais, que nós faríamos tudo para que as votações avançassem. E é esse apelo que estou fazendo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Deputada, deixe-me responder a V.Exa.: o nosso interesse é exatamente este: votar os destaques. Porém, a Consultoria da Casa ainda não concluiu o parecer sobre os destaques. Por isso eu fiz a sugestão de suspender os trabalhos da Comissão. Não existe nenhum tipo de manobra nesse sentido, apenas a sugestão de suspender os trabalhos. E digo isso até porque, Deputada, se a gente for seguir tudo que foi estabelecido em relação ao procedimento desta reunião de hoje, a reunião seria encerrada às 17 horas, conforme acordado na reunião entre os Líderes partidários pela manhã. Nós já estamos aí na iminência de chegar às 17 horas.

Portanto, enquanto não começar a Ordem do Dia, se a gente tiver todos os pareceres dos destaques, não há prejuízo para que a gente possa continuar o trabalho aqui. Desta forma, para deixar tudo esclarecido a V.Exa., fiz essa colocação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu quero deixar também claro, Sr. Presidente, que a expressão “manobra política” é regimental. Quando nós fazemos obstrução, é uma manobra política que fazemos, regimentalmente. Então,



quero que V.Exa. entenda como positiva essa manobra política, porque, além dessa manobra política, V.Exa. poderia mandar direto para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Sim. Exato.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - E seria uma manobra política. Ela não faz parte do entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - E legítima também. Correto.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - E legítima. Estou colocando exatamente isso. Já que nós chegamos até aqui, não há necessidade de encerrarmos este debate e esta discussão, já que temos essas emendas, e a Ordem do Dia não começou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Uma indagação: o parecer tem uma previsão para chegar e já há parecer sobre alguns dos destaques? A gente pode ir apreciando cada destaque que tiver o parecer. Não precisa esperar o parecer total e global. São 25 ou 27. Em quanto tempo chega aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Na verdade, nossa secretária acaba de informar que as emendas individuais, os destaques individuais já estão aqui, e isso vai permitir com que a gente inicie a votação da admissibilidade em globo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Muito bem. Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - É isso? Já temos aí as emendas individuais?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu peço a V.Exa. a retirada do destaque, porque eu errei o número. Trata-se do destaque da Emenda nº 66. Na verdade, o número era 65. Então, o número está errado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Solicito a retirada do destaque da Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um deles, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Um deles, o de nº 66.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, nosso requerimento é para votar em globo os destaques individuais. Não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Exatamente, Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Vamos votar em globo os destaques individuais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Exatamente. É esse o requerimento que se encontra na mesa.

(Pausa prolongada.)

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu vou insistir, porque sou muito atenta. Eu dou toda atenção à Presidência e ao Relator. Eu preciso ter em mãos a lista dos destaques; dos simples também, por favor.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Com a palavra o Deputado Elizeu.

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - Só uma questão: começou a Ordem do Dia. Como é que ficamos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Estamos prejudicados em relação à deliberação dos destaques. Portanto, não nos resta alternativa a não ser declarar encerrada a presente reunião da Comissão da Reforma Trabalhista.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não foi suspensão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Não, não foi suspensão.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para depois do Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Se V.Exas. entenderem que esse seja o melhor encaminhamento para a gente tentar encontrar uma janela de tempo entre o dia de hoje e a votação em plenário, amanhã nós podemos suspender a sessão.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ou chamar para amanhã de manhã e concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Exatamente.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aliás, acho que é o mais razoável e mais democrático.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Encerre, Presidente. Encerre e leve para o Plenário, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Encerrar não é atender o nosso acordo.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Presidente, manda o bom senso que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Mas nós tínhamos também um acordo de procedimento para que os trabalhos fossem encerrados às 17 horas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas não deu tempo — e não foi por protelação de ninguém.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Mas o acordo de procedimento...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Amanhã de manhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Infelizmente, o tempo não foi suficiente para que a gente pudesse fazer o debate e a votação de todos os destaques.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Claro, a matéria é complexa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Portanto, eu acho desnecessária essa suspensão. Há um sentimento inclusive de muitos Deputados não participarem no dia de amanhã.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Faça uma verificação visual, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Uma verificação...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É, sobre a decisão de suspender a sessão e continuar hoje à noite ou amanhã de manhã.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Vamos fazer amanhã. Encerre, Presidente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para concluir a discussão dos destaques. E não é para concluirmos, mas para começarmos. Nenhum destaque foi apreciado. V.Exa. é bem democrático.



A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu sei que V.Exa. quer, mas o sorriso vitorioso do nosso Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Eu tenho a maior boa vontade de estarmos aqui mais uma vez amanhã pela manhã, mas não justifica eu suspender e amanhã nós não termos quórum para deliberar sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Nós temos as Comissões.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quem viria amanhã aqui para continuar o debate? Vamos lá, consulte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Visualmente, o quórum está bem baixo — refiro-me aos que desejam estar presentes aqui.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Encerre, Presidente. Chama para o Plenário que estará tudo resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Vamos apresentar os destaques e fazer o debate no Plenário, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí eu não sei se está no Regimento, mas é manobra.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Encerre, Presidente!

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E eu acho isso péssimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - *(Risos.)* Não é manobra. Nós fizemos esse acordo procedimental.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Democracia é ditadura da maioria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Vilela) - Está encerrada a reunião.